

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

1.1.1.1.01.0.1. - Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Afteta; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 19 a 22; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem; Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.	
1.1.1.1.02.0.1. - Receita do Principal do Imposto sobre a Exportação	1.2.1.0.29.0.1. - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, II; e Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 23 a 28.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
1.1.1.2.01.0.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	1.2.1.0.29.1.1. - Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 29 a 31; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
1.1.1.2.04.1.1. - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas	1.2.1.0.30.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual
Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.	Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
1.1.1.2.04.2.1. - Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	1.2.1.0.30.1.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário
Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.
1.1.1.2.04.3.1. - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	1.2.1.0.30.2.1. - Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais
Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, com vigência prorrogada pelo Ato nº 5, da mesa do Presidente do CN, de 18 de março de 2009.	Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
1.1.1.3.01.0.1. - Produtos do Fumo	1.2.1.0.31.0.1. - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares do Distrito Federal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto nº 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto nº 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007.	Amparo Legal: Lei nº 7.289, de 18/12/84 e Lei nº 10486, de 04/07/2002.
1.1.1.3.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - Simples Federal e Nacional	1.2.1.0.32.0.1. - Contribuição Industrial Rural
Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 (Simples Federal, vigente até 30-06-2007); e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional).	Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24/07/91, Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955; Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970; Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984; e Decreto nº 90.393, de 30 de outubro de 1984 (revogado).
1.1.1.3.03.0.1. - Imposto sobre Comercialização do Ouro	1.2.1.0.37.0.1. - Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, § 5º.	Amparo Legal: Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto nº 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto nº 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto nº 6.127, de 18 de junho de 2007.
1.1.2.1.02.0.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação	1.2.1.0.38.0.1. - Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas
Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 6º; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, art. 2º, f; e Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.	Amparo Legal: Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).
1.1.2.1.04.0.1. - Taxa do Departamento de Polícia Federal - Segurança Privada	1.2.2.0.03.0.1. - Contribuições sobre Selo Especial de Controle
Amparo Legal: Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, art. 17 e Anexo; Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Amparo Legal: Art. 46 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964; Art. 3º do Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002.
1.1.2.1.20.0.1. - Taxa por Plano de Assistência à Saúde	1.2.2.0.06.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Remessas
Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, arts. 18 a 25.	Amparo Legal: Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002; e Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
1.1.2.2.12.0.1. - Emolumentos e Custas de Apreciação de Atos e Contratos	1.2.2.0.26.0.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta, Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações
Amparo Legal: Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999, art. 5º, Inciso I; e Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000, art. 3º.	Amparo Legal: Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000; e Decreto nº 3.624, de 05 de dezembro de 2000.
1.2.1.0.01.0.1. - Receita do Principal da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.2.0.28.0.1. - Contribuição Relativa as Atividades de Importação de Petróleo e seus derivados, Gás Natural e Alcool Carburante
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, I, b; Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto nº 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto nº 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.127, de 18 de junho de 2007.	Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004; Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.866, de 4 de maio de 2004.
1.2.1.0.13.0.1. - Receita do Principal da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	1.2.2.0.41.0.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal
Amparo Legal: ADCT da CF/88, arts. 74; 75; 80, I; 84; 85; e 90 caput e §§ 1º e 2º; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Inciso III, § 1º, do art. 8º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.
1.2.1.0.18.0.1. - Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	1.2.2.0.42.0.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art.	Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Inciso III, § 1º, do art. 8º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.
	1.2.2.0.99.0.1. - Outras Contribuições Econômicas - Principal
	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 149.
	1.3.2.2.00.0.1. - Dividendos
	Amparo Legal:

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

- Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e - Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	1.6.0.0.02.1.1. - Serviços Financeiros Provenientes da Execução de Garantia - Operações de Crédito Internas Amparo Legal: Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993;Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001;Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.
1.3.3.1.01.0.1. - Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Ferroviário Amparo Legal: Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001;Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.	1.6.0.0.03.0.1. - Serviços de Transporte Rodoviário Amparo Legal: Lei no 10.233, de 5 de maio de 2001;Decreto no 4.097, de 23 de janeiro de 2002;Portaria Interministerial no 38, de 10 de dezembro de 1998;Lei no 6.288, de 11 de dezembro de 1975;Lei no 7.092, de 19 de abril de 1983.
1.3.3.1.02.0.1. - Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; eLei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	1.6.0.0.04.0.1. - Serviços de Publicidade Legal Amparo Legal: Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996;Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; eDecreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.
1.3.3.2.01.0.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Concessão Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.	1.6.0.0.05.0.1. - Serviços Hospitalares Amparo Legal: Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
1.3.3.2.04.0.1. - Receita de Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 17);Lei no 11.284, de 02 de março de 2006;Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).	1.6.0.0.11.0.1. - Serviços de Metrologia Legal e Certificatória Delegada Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
1.3.4.1.11.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012 Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48 e 50-A;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e- Medida Provisória no 592 de 03/12/2012.	1.6.0.0.20.0.1. - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Livres Amparo Legal: Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, art. 6º, inciso II e art. 16, § 2º, no caso da SUDAM, e Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, art. 6º, inciso II e art. 19, no caso da SUDENE.
1.3.4.1.11.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012 Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 1997, artigos 49, inciso II, e 50-A (incluído pela MP no 592, de 2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e- Medida Provisória no 592 de 03/12/2012.	1.6.0.0.23.0.1. - Serviços de Patentes Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
1.3.4.1.12.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012 Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 49 inciso II; e- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;	1.6.0.0.31.0.1. - Tarifa Aeroportuária Amparo Legal: Lei no 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (art 3º);Decreto-Lei no 1.800, de 18 de agosto de 1980.
1.3.4.1.12.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012 Amparo Legal: - Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48-A, 50-B e Anexo I :- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2º.	1.6.0.0.33.0.1. - Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981 (art 2º);Decreto nº 86.864, de 21 de janeiro de 1982.
1.3.4.1.22.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012 Amparo Legal: - Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49-A, 50-B e Anexo II;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2º.	1.6.0.0.36.0.1. - Tarifa pelo Uso do Sistema do Banco Central Amparo Legal: Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964; Circular nº 3.100 de 27 de março de 2002; Circular nº 3.337 de 21 de dezembro de 2006.
1.3.4.3.32.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal Amparo Legal: -	1.6.0.0.37.0.1. - Concessão de Aval do Tesouro Nacional Amparo Legal: Lei no 5.000, de 24 de maio de 1966.
1.3.4.4.12.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	1.6.0.0.51.0.1. - Receitas de Emissão de Certificados de Origem Amparo Legal: Alíneas "d" e "e" do inciso IX do artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.
1.3.4.4.22.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	1.6.0.0.60.0.1. - Serviços Prestados Diretamente por Instituição Científica e Tecnológica Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.
1.3.4.4.32.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.	1.6.0.0.70.0.1. - Compartilhamento de Laboratórios e Afins com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em Atividades de Inovação Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.
1.5.2.0.21.0.1. - Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	1.9.1.1.01.0.1. - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 4.543, de 2002;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
1.6.0.0.01.0.1. - Serviços de Comercialização de Medicamentos Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	1.9.1.1.02.0.1. - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
1.6.0.0.02.0.1. - Serviços de Juros de Empréstimos Amparo Legal: Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993;Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001;Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.	1.9.1.1.03.0.1. - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 2637, de 1998;Decreto no 4.544, de 2002;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

1.9.1.1.07.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

1.9.1.1.08.0.1. - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 1996; Decreto no 4.382, de 2002; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

1.9.1.1.31.0.1. - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Instalação

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.

1.9.1.1.99.0.1. - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

1.9.1.2.01.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996; Lei Complementar no 70, de 1991; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, Inciso I do art 27; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

1.9.1.2.03.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

1.9.1.2.07.0.1. - Receita de Multas e juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira

Amparo Legal:

ADCT, art. 74; 75; 80, I; 84 e 85; e Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996.

1.9.1.2.10.0.1. - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações

Amparo Legal:

Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e VI e art. 14; Decreto no 3.624 de 05 de outubro de 2000, art. 8º; e Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.

1.9.1.2.29.0.1. - Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996.

1.9.1.2.30.0.1. - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.1.2.30.1.1. - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.1.2.30.2.1. - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.1.2.31.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161; lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

1.9.1.2.32.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

1.9.1.2.33.0.1. - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996.

1.9.1.2.55.0.1. - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Amparo Legal:

Decreto- Lei nº 1.437, de 1975; Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161); Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.

1.9.1.2.55.1.1. - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas

Amparo Legal:

Decreto- Lei nº 1.437, de 1975; Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161); Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.

1.9.1.2.99.0.1. - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

1.9.1.3.01.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996 Decreto no 4.543, de 2002.

1.9.1.3.02.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996 e Decreto nº 3.000, de 1999.

1.9.1.3.03.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996; Decreto no 2637, de 1998; e Decreto no 4.544, de 2002.

1.9.1.3.04.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996; Decreto no 4.494, de 2002; e Decreto no 2.219, de 1997.

1.9.1.3.07.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996.

1.9.1.3.08.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201; Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.

1.9.1.3.09.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.

1.9.1.4.01.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996; e Lei Complementar no 70, de 1991.

1.9.1.4.03.0.1. - Receita de MJM da DAdA Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira

Amparo Legal:

Lei nº 9.311, de 1996.

1.9.1.4.04.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.1.4.04.1.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.1.4.04.2.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.1.4.05.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996

1.9.1.4.06.0.1. - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996

1.9.1.4.07.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996.

1.9.1.4.11.0.1. - Receita de MJM da DA da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

1.9.1.4.12.0.1. - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Amparo Legal:

Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.

1.9.1.4.12.1.1. - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas

Amparo Legal:

Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.

1.9.1.4.13.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações

Amparo Legal:

Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e VI e art. 14; Decreto no 3.624 de 05 de outubro de 2000, art. 8º; e Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.

1.9.1.4.99.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996; e Lei Complementar no 70, de 1991.

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

1.9.1.5.11.0.1. - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações	Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
1.9.1.5.20.0.1. - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização - TAFIC	Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 161 e 201; e Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 12, § 3o.
1.9.1.5.99.0.1. - Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas - Principal	Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201; e Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 39, § 2o.
1.9.1.8.04.0.1. - Multa de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno, Útil e Direto	Amparo Legal: Art. 27, inciso 6 da Lei nº 9.636/98.
1.9.1.8.17.0.1. - Multa de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União	Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18§ 5º
1.9.1.8.18.0.1. - Multa de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União	Amparo Legal: Art. 84, da lei nº 8.891/95.
1.9.1.8.24.0.1. - Multas e Juros de Mora da Outorga dos Serviços de Telecomunicações	Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º, alínea "c".
1.9.1.9.26.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos Trabalhistas	Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.
1.9.1.9.70.0.1. - Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético em Áreas de Domínio da União	Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1o, II e § 4o; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009.
1.9.2.2.02.9.1. - Restituição de Benefícios Oriundos de Encargos Previdenciários da União	Amparo Legal: Arts. 195 e 197 do Decreto no 3048, de 06 de maio de 1999.
1.9.2.2.10.0.1. - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	Amparo Legal: Art. 40, da Constituição Federal; Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999; Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; e Decreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.
1.9.3.1.01.0.1. - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005 (tabelas progressivas); e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
1.9.3.1.02.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3o; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51; art. 201; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002.
1.9.3.1.03.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, inciso V e § 1o; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 66 e 201.
1.9.3.1.04.0.1. - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4o, inciso III, e 158, inciso II; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201; Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.
1.9.3.1.05.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, inciso I; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22 e art. 201.
1.9.3.1.06.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, inciso II; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
1.9.3.1.08.0.1. - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação	Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
1.9.3.1.99.0.1. - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Principal	
	Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
	1.9.3.2.01.0.1. - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual
	Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
	1.9.3.2.01.1.1. - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário
	Amparo Legal: Lei no 9.876, de 26 de novembro de 1999; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
	1.9.3.2.01.2.1. - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais
	Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
	1.9.3.2.02.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
	Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
	1.9.3.2.04.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
	Amparo Legal: ADCT, arts. 74, 75, 80, inciso I, 84 e 85; Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
	1.9.3.2.05.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP
	Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.
	1.9.3.2.06.0.1. - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas
	Amparo Legal: Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
	1.9.3.2.07.0.1. - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal
	Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).
	1.9.3.2.16.0.1. - Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições - Principal
	Amparo Legal: Art. 39, § 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
	1.9.3.2.20.0.1. - Receita da DA da Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante - Principal
	Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.
	1.9.3.2.21.0.1. - Receita da Dívida Ativa da Exploração de Recursos Minerais
	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.
	1.9.3.2.27.0.1. - Receita da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações
	Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º, alínea "c".
	1.9.3.2.99.0.1. - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Principal
	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
	1.9.9.0.02.0.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa
	Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969; Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975; e Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988.
	1.9.9.0.03.0.1. - Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas
	Amparo Legal: Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; art. 1o do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988; art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; e art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
	1.9.9.0.26.0.1. - Recursos Decorrentes de Prestação de Contas Eleitorais - Fontes Vedadas
	Amparo Legal: -Lei no 9.504/2007, art. 24; -Lei no 9.096/1995, art. 31; -Resolução TSE no 23.217/2010, art. 15 e; -Resolução TSE no 23.432/2014, art. 12.
	2.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques Reguladores - PGPM

## LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.

2.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques Destinados a Programas Sociais e Institucionais - Comercialização

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

2.2.1.2.07.0.1. - Alienação de Estoques Adquiridos para Combate à Fome e Segurança Alimentar

Amparo Legal:

Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, art. 19; e Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012.

2.2.1.2.09.0.1. - Alienação de Estoques do Tesouro Afetos ao FUNCAFÉ

Amparo Legal:

Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.

2.3.0.0.20.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito Internas

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 maio de 2000; e Contratos específicos.

2.3.0.0.80.0.1. - Amortização de Financiamentos de Bens

Amparo Legal:

Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 1991.

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

### LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NORMAS GERAIS

Lei	13.115	20/04/2015	Decreto		28/01/2015
Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.			Institui Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento de Gastos Públicos do Governo Federal.		
Decreto	8.389	07/01/2015	Lei	13.092	12/01/2015
Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015.			Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.		
Lei	13.080	02/01/2015	Decreto	8.365	24/11/2014
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.			Dispõe sobre a opção para a inclusão em quadro em extinção da União e institui a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais.		
Decreto	8.383	29/12/2014	Lei	13.029	24/09/2014
Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG, das Empresas Estatais Federais, para exercício 2015.			Cria cargos em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.		
Decreto	8.382	29/12/2014	Decreto	8.297	15/08/2014
Dispõe sobre o Programa de Dispêndios Globais - PDG das Empresas Estatais Federais.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura e o Estatuto da Biblioteca Nacional.		
Lei	12.593	18/01/2012	Decreto	8.283	03/07/2014
Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.			Aprova a Estrutura Regimental da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.		
Portaria Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	9	27/06/2001	Decreto	8.275	27/06/2014
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.		
Portaria Interministerial Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretária do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	163	04/05/2001	Decreto	8.276	27/06/2014
Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.		
Portaria Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	19/02/2001	Decreto	8.277	27/06/2014
Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.		
Lei	10.180	06/02/2001	Decreto	8.267	18/06/2014
Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Lei	12.986	02/06/2014
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.		
Portaria Ministério de Orçamento e Gestão	42	14/04/1999	Lei	12.980	28/05/2014
Atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata a Lei nº 4.320/1964; estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais.			Trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.		
Constituição Federal de 1988	1.988	05/10/1988	Decreto	8.254	26/05/2014
Constituição da República Federativa do Brasil.			Dispõe sobre o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos e Segundos-Sargentos do Exército.		
Decreto	93.872	23/12/1986	Decreto	8.248	23/05/2014
Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Decreto-Lei	200	25/02/1967	Decreto	8.245	23/05/2014
Dispõe sobre a organização da Administração Federal.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça.		
Lei	4.320	17/03/1964	Decreto	8.245	23/05/2014
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça.		
ADMINISTRAÇÃO			Decreto	8.227	22/04/2014
Decreto	8.492	13/07/2015	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência voluntária.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			Decreto	8.189	21/01/2014
Decreto	8.489	10/07/2015	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Aprova a Estrutura Regimental DNIT, altera as Estruturas Regionais do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.			Decreto	8.173	26/12/2013
Decreto	8.439	29/04/2015	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática dos atos que especifica.			Decreto	8.162	18/12/2013
Lei	13.114	16/04/2015	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.		
Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública, os serviços de registros civis de pessoas naturais e óbitos registrados.			Decreto	8.161	18/12/2013
Decreto	8.423	30/03/2015	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração Nacional e remaneja cargos em comissão.		
Regulamenta os critérios para a progressão funcional e a promoção na carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Decreto	8.145	03/12/2013
			Altera o Regulamento da Previdência Social para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência.		
			Decreto	8.132	24/10/2013
			Aprova a Estrutura Regimental do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT.		
			Decreto	8.102	06/09/2013
			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Turismo.		
			Decreto	8.100	04/09/2013
			Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.088	02/09/2013	Decreto	7.799	12/09/2012
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Portos da Presidência da República.			Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação IBGE, e do MPOG.		
Lei	12.857	02/09/2013	Decreto	7.797	30/08/2012
Cria cargos nas áreas de infraestrutura, meio ambiente, comércio exterior, nos quadros da Suframa, da Anvisa, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do SUS.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.		
Lei	12.855	02/09/2013	Decreto	7.784	07/08/2012
Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte.		
Lei	12.856	02/09/2013	Lei	12.682	09/07/2012
Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei n 11.355, de 2006, e dá outras providências.			Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.		
Decreto	8.065	07/08/2013	Decreto	7.745	05/06/2012
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	12.846	01/08/2013	Decreto	7.743	31/05/2012
Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura.		
Decreto	8.032	25/06/2013	Decreto	7.724	16/05/2012
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.		
Decreto	8.029	20/06/2013	Decreto	7.688	02/03/2012
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República.		
Decreto	8.030	20/06/2013	Decreto	7.691	02/03/2012
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.			Aprova a Estrutura Regimental do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.		
Decreto	8.022	31/05/2013	Decreto	7.690	02/03/2012
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.		
Decreto	7.991	24/04/2013	Decreto	7.613	17/11/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional.		
Decreto	7.991	24/04/2013	Decreto	7.579	11/10/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal.		
Lei	12.800	23/04/2013	Decreto		15/09/2011
Dispõe sobre salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção.			Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.		
Decreto	7.980	08/04/2013	Decreto		26/07/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova e supervisiona as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.		
Decreto	7.974	01/04/2013	Decreto	7.515	08/07/2011
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.			Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.		
Decreto	7.973	28/03/2013	Decreto	7.493	02/06/2011
Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.		
Decreto	7.967	22/03/2013	Decreto	7.490	02/06/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.		
Decreto	7.937	19/02/2013	Decreto Legislativo	137	02/06/2011
Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar de Auxiliar Administrativo, da carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado de Tapajós.		
Decreto	7.913	07/02/2013	Decreto Legislativo	136	26/05/2011
Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, e dá outras providências.			Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás.		
Decreto	7.893	24/01/2013	Decreto	7.482	16/05/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.		
Decreto	7.868	19/12/2012	Decreto	7.478	12/05/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Cria a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC, do Conselho de Governo.		
Decreto	7.836	09/11/2012	Decreto	7.476	10/05/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.		
Decreto	7.804	13/09/2012	Decreto	7.474	10/05/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.		
Decreto	7.798	12/09/2012	Decreto	7.469	04/05/2011
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.			Cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE; institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.		
			Decreto	7.470	04/05/2011
			Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o seu Comitê Gestor, dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.402	02/05/2011	Decreto	7.212	15/06/2010
Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas.			Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.		
Decreto	7.465	25/04/2011	Decreto	7.211	11/06/2010
Dispõe sobre a Estrutura Regimental da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.462	19/04/2011	Decreto	7.203	04/06/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações.			Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.442	17/02/2011	Decreto	7.191	31/05/2010
Transfere a Secretaria de Administração e a Secretaria de Controle Interno da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência da República.			Dispõe sobre a lotação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		
Decreto	7.436	03/02/2011	Decreto	7.187	27/05/2010
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério da Defesa.			Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, no tocante às competências da Imprensa Nacional.		
Decreto	7.434	21/01/2011	Decreto	7.174	12/05/2010
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.			Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.		
Decreto	7.430	17/01/2011	Decreto	7.166	05/05/2010
Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça.			Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor.		
Decreto Legislativo	277	20/12/2010	Decreto	7.157	09/04/2010
Fixa o subsídio para Presidente, o Vice-Presidente e os Ministros de Estado.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.392	13/12/2010	Decreto	7.133	19/03/2010
Aprova a Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.			Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das mesmas.		
Decreto	7.356	12/11/2010	Decreto	7.127	04/03/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Decreto	7.353	04/11/2010	Decreto	7.125	03/03/2010
Aprova respectivamente, as Estruturas Regimentais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.304	22/09/2010	Decreto	7.096	04/02/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.		
Decreto	7.299	10/09/2010	Decreto	7.075	26/01/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército, do Ministério da Defesa.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.		
Decreto	7.294	06/09/2010	Decreto	7.078	26/01/2010
Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional e Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.		
Decreto	7.280	31/08/2010	Decreto	7.069	20/01/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.		
Lei	12.314	16/08/2010	Decreto	7.062	13/01/2010
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.			Dispõe sobre o remanejamento de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.		
Decreto	7.261	12/08/2010	Decreto	7.028	09/12/2009
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.			Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.		
Decreto	7.255	04/08/2010	Decreto	7.025	07/12/2009
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	12.277	30/06/2010	Decreto	7.015	24/11/2009
Dispõe sobre a remuneração de diversos cargos da Administração Pública Federal.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério Trabalho e Emprego.		
Decreto	7.221	29/06/2010	Lei	12.094	19/11/2009
Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental.			Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura.		
Decreto	7.220	25/06/2010	Decreto	7.000	09/11/2009
Aumenta o valor de saque de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para os atingidos por desastres naturais em Pernambuco e Alagoas.			Transfere da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Cultura, o Conselho Superior do Cinema.		
Decreto		18/06/2010	Decreto	6.967	29/09/2009
Autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.			Dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.		
Decreto	7.213	15/06/2010	Decreto	6.958	14/09/2009
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
			Decreto	6.944	21/08/2009
			Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	11.958	26/06/2009	Lei	11.357	19/10/2006
Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.			Cria o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.		
Decreto	6.834	30/04/2009	Lei	11.356	19/10/2006
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa.			Dispõe sobre cargos e carreiras na Administração Pública Federal e sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR.		
Decreto	6.812	03/04/2009	Decreto	5.886	06/09/2006
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência e Tecnologia.		
Lei	11.907	02/02/2009	Decreto	5.751	12/04/2006
Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, da Carreira de Tecnologia Militar e de várias carreiras na Administração Pública Federal.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército do Ministério da Defesa.		
Lei Complementar	129	08/01/2009	Lei	11.284	02/03/2006
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua natureza jurídica, objetivos e área de atuação.			Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB.		
Decreto	6.697	17/12/2008	Decreto	5.497	23/02/2006
Extingue cargos vagos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.			Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.		
Decreto	6.657	20/11/2008	Decreto	5.417	13/04/2005
Dispõe sobre a remuneração dos empregados anistiados que retornarem ao serviço na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.		
Lei	11.784	22/09/2008	Decreto	5.355	25/01/2005
Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas.		
Decreto	6.563	11/09/2008	Lei	11.094	13/01/2005
Aprova o estatuto da Fundação Escola Nacional da Administração Pública - ENAP.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.		
Medida Provisória	437	29/07/2008	Decreto	5.332	06/01/2005
Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.		
Lei	11.692	10/06/2008	Lei	11.064	30/12/2004
Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.			Altera o Programa Defesa da Ordem Jurídica constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007.		
Decreto	6.386	29/02/2008	Lei	11.079	30/12/2004
Dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.			Institui normas gerais para contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.		
Decreto	6.188	17/08/2007	Lei	11.077	30/12/2004
Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete Pessoal do Presidente da República.			Trata da capacitação e competitividade do setor de informática e automação.		
Decreto	6.129	20/06/2007	Decreto	5.323	28/12/2004
Dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da administração pública federal indireta.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.		
Decreto Legislativo	113	04/06/2007	Lei	10.954	29/09/2004
Fixa o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.			Institui o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência.		
Decreto	6.099	26/04/2007	Decreto	5.152	22/07/2004
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.		
Decreto	6.101	26/04/2007	Lei	10.910	15/07/2004
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.			Reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências.		
Decreto	6.062	16/03/2007	Lei	10.887	18/06/2004
Institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.			Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.		
Decreto	6.061	15/03/2007	Decreto	5.108	17/06/2004
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça.			Dispõe sobre a compensação de faltas ao serviço em decorrência de paralisação de servidores públicos.		
Decreto	6.025	22/01/2007	Lei	10.871	20/05/2004
Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e seu Comitê Gestor.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras.		
Lei Complementar	124	03/01/2007	Decreto	4.942	30/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e área de competência.			Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar.		
Lei Complementar	125	03/01/2007	Decreto	4.939	29/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e áreas de atuação.			Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais relativas à manutenção dos órgãos.		
Decreto	5.992	19/12/2006	Lei	10.829	24/12/2003
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Reajusta os valores de taxa de serviços metrologicos.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	4.915	12/12/2003	Decreto	3.725	10/01/2001
Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.			Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Lei	10.769	19/11/2003	Decreto	3.503	12/06/2000
Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.			Dispõe, no âmbito do Poder Executivo, sobre o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, para o ano de 2000.		
Lei Complementar	116	31/07/2003	Lei	9.962	22/02/2000
Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.			Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal.		
Lei	10.698	02/07/2003	Lei	9.850	26/10/1999
Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal.			Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.		
Decreto	4.734	11/06/2003	Decreto	3.151	23/08/1999
Delega competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para praticar atos de provimento no âmbito da Administração Pública Federal.			Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos.		
Decreto	4.718	04/06/2003	Decreto	3.048	06/05/1999
Aprova a Estrutura Regimental da Agência Espacial Brasileira - AEB.			Aprova o Regulamento da Previdência Social.		
Lei	10.683	28/05/2003	Decreto	3.035	27/04/1999
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.			Delega competência aos Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União para praticar ato que menciona e dá outras providências.		
Decreto	4.665	03/04/2003	Decreto	3.029	16/04/1999
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Cidades.			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.		
Decreto	4.662	02/04/2003	Decreto	3.029	16/04/1999
Cria cargos em comissão.			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.		
Decreto	4.553	27/12/2002	Decreto	2.982	04/03/1999
Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos no âmbito da Administração Pública Federal.			Transfere a Secretaria de política Urbana do Ministério do Orçamento e Gestão para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República.		
Decreto	4.536	20/12/2002	Lei	9.784	29/01/1999
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR.			Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	10.559	13/11/2002	Medida Provisória	1.798	13/01/1999
Regulamenta o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Anistia)			Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União.		
Decreto	4.293	02/07/2002	Lei	9.710	19/11/1998
Dispõe sobre a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e das Outras Providências.		
Lei	10.480	02/07/2002	Lei	9.649	27/05/1998
Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria-Geral Federal.			Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.		
Lei	10.420	10/04/2002	Lei	9.650	27/05/1998
Cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.			Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do banco central do Brasil.		
Decreto	4.122	13/02/2002	Lei	9.636	15/05/1998
Aprova o regulamento da Agência Nacional de Transporte Aquaviários-ANTAQ.			Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Lei	10.410	11/01/2002	Lei	9.613	03/03/1998
Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei.		
Lei	10.331	18/12/2001	Lei Complementar	93	04/02/1998
Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.			Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.		
Decreto	4.050	12/12/2001	Decreto	2.346	10/10/1997
Dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.			Consolida normas de procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais.		
Decreto	4.037	29/11/2001	Decreto	2.338	07/10/1997
Dispõe sobre o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.		
Decreto	4.010	12/11/2001	Decreto	2.272	09/07/1997
Dispõe sobre a liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais.			Dispõe sobre a instituição do Programa do Acompanhamento Gerencial de Gastos e Avaliação Institucional no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	3.947	01/10/2001	Decreto	2.258	20/06/1997
Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército.			Institui o Programa de Racionalização das Unidades Descentralizadas do Governo Federal, e dá outras providências.		
Decreto	3.887	16/08/2001	Decreto	2.251	12/06/1997
Dispõe sobre o Auxílio-Alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos servidores aposentados e dos pensionistas de União.		
Medida Provisória	2.200	27/07/2001	Decreto	2.076	20/11/1996
Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e dá outras providências.			Regulamenta o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores civis da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	1.745	13/12/1995	Decreto	322	01/11/1991
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.			Dispõe sobre a realização de despesa de pessoal em órgãos e entidades da Administração Federal, bem assim em fundações públicas.		
Decreto	1.738	08/12/1995	Decreto		05/09/1991
Institui, no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o Conselho de Reforma do Estado, e dá outras providências.			Ressalva os efeitos jurídicos de declarações de interesse social ou de utilidade pública e a revogação de decretos.		
Lei	9.074	07/07/1995	Decreto Legislativo	166	28/06/1991
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos.			Disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 296/1991, que trata da remuneração dos funcionários civis e militares da União.		
Lei	9.028	12/04/1995	Lei	8.159	08/01/1991
Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União em caráter emergencial e provisório.			Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.		
Lei	9.019	30/03/1995	Lei	8.112	11/12/1990
Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no acordo antidumping e no acordo de subsídios e direitos compensatórios, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.		
Lei	8.987	13/02/1995	Decreto	99.658	30/10/1990
Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal.			Regulamenta, no Âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.		
Medida Provisória	805	30/12/1994	Decreto	99.244	10/05/1990
Dispõe sobre enquadramento de servidores na Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da presidência da república e dos ministérios e dá outras providências.		
Medida Provisória	593	25/08/1994	Lei	8.029	12/04/1990
Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União.			Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	1.094	23/03/1994	Decreto	99.202	04/04/1990
Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais - SISG.			Expede normas complementares relativas à extinção dos órgãos da Administração Pública Federal.		
Decreto	1.091	21/03/1994	Lei	7.995	09/01/1990
Dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.			Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na Administração Direta e nas autarquias, e dá outras providências.		
Decreto	1.048	21/01/1994	Lei	7.709	22/12/1988
Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores da Carreira de Orçamento.		
Lei	8.745	09/12/1993	Lei	7.689	15/12/1988
Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.			Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.		
Decreto	980	11/11/1993	Decreto-Lei	2.465	31/08/1988
Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da união a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.			Dispõe sobre medidas para redução de despesas com pessoal nos órgãos da Administração Federal.		
Lei	8.730	10/11/1993	Decreto	94.664	23/07/1987
Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.			Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.		
Lei	8.676	13/07/1993	Lei Complementar	55	10/07/1987
Dispõe sobre a política de remuneração dos servidores públicos civis e militares da Administração Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.			Declara não sujeitas à contribuição incidente sobre o produto rural para o custeio do ProRural, as indústrias pesqueiras.		
Decreto	715	29/12/1992	Lei Complementar	8	03/12/1970
Delega ao Ministro de Estado do Trabalho competência para aprovar os orçamentos gerais do (SESI), do (SESC), do (SENAI) e do (SENAC).			Institui o programa de formação do patrimônio do servidor público-PASEP		
Lei	8.490	19/11/1992	Decreto-Lei	1.023	21/10/1969
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.			Dispõe sobre a tarifa de utilização de faróis e dá outras providências.		
Lei	8.460	17/09/1992	Decreto-Lei	115	25/01/1967
Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.			Aprova o regimento de custas da justiça do distrito federal.		
Lei	8.448	21/07/1992	<b>AGRICULTURA</b>		
Regulamenta a remuneração mensal de servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.			Lei	13.158	04/08/2015
Decreto	599	09/07/1992	Institui estímulos à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema intensivo, e dá outras providências.		
Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.			Lei	13.001	20/06/2014
Lei	8.436	25/06/1992	Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, e dá outras providências.		
Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes.			Decreto	8.256	26/05/2014
Lei	8.429	02/06/1992	Dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.		
Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.			Decreto	8.252	26/05/2014
Lei	8.422	13/05/1992	Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -Anater.		
Dispõe sobre a organização de ministérios de Minas e Energia, Ministério dos Transportes e das Comunicações, da Previdência Social do Ministério do Trabalho e da Administração.			Lei Complementar	145	15/05/2014
			Dispõe sobre o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.236	05/05/2014	Decreto	6.977	07/10/2009
Dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País.			Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor dos financiamentos de custeio agropecuário.		
Decreto	8.178	27/12/2013	Decreto	6.961	17/09/2009
Autoriza a concessão de rebate em operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar.			Dispõe sobre o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro.		
Lei	12.873	24/10/2013	Lei	11.959	29/06/2009
Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o regime diferenciado de contratações públicas - RDC.			Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.		
Lei	12.806	07/05/2013	Decreto	6.597	06/10/2008
Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei n. 10.420 e dá outras providências.			Dispõe sobre a concessão de bonus e rebates sobre financiamentos contratados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Lei	12.805	29/04/2013	Lei	11.775	17/09/2008
Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.			Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.		
Decreto	7.978	02/04/2013	Decreto	6.323	27/12/2007
Autoriza a concessão de bônus de adimplência para operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Decreto	7.977	02/04/2013	Decreto	6.268	22/11/2007
Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata a Medida Provisória nº 610, de 2 de abril de 2013, e sobre a ampliação do valor adicional do benefício Garantia-Safra.			Regulamenta a Lei 9.972/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.		
Decreto	7.920	15/02/2013	Decreto	6.010	03/01/2007
Cria o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP, com objetivo de definir as condições para aquisição e liberação de estoques públicos de alimentos.			Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Decreto	7.794	20/08/2012	Decreto	5.996	20/12/2006
Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.			Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF.		
Decreto	7.775	04/07/2012	Lei	11.344	08/09/2006
Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.			Estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária-GDATFA, aos Fiscais Agropecuários Federais.		
Decreto	7.644	16/12/2011	Lei	11.326	24/07/2006
Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.		
Decreto	7.599	07/11/2011	Decreto	5.474	22/06/2005
Promulga o Acordo Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.			Dispõe sobre o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA.		
Decreto	7.372	26/11/2010	Lei	11.090	07/01/2005
Autoriza o uso de suprimentos de fundos em peculiaridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Decreto	7.351	03/11/2010	Decreto	4.954	14/05/2004
Dispõe sobre a concessão de rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Aprova o Regulamento da Lei nº 6.894/1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura.		
Decreto	7.339	20/10/2010	Decreto	5.053	22/04/2004
Dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais de que tratam os arts. 6º a 72 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.			Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências.		
Lei Complementar	137	26/08/2010	Lei	10.849	23/03/2004
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.			Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.		
Decreto	7.215	15/06/2010	Decreto	4.962	22/01/2004
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra.		
Decreto		07/05/2010	Lei	10.831	23/12/2003
Fica instituída, no âmbito do Conselho do Agronegócio, criado pelo Decreto de 2 de setembro de 1998, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo.			Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Decreto	7.077	26/01/2010	Lei	10.696	02/07/2003
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.		
Lei	12.188	11/01/2010	Decreto	4.623	21/03/2003
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA e o Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC.		
Decreto	7.048	23/12/2009	Decreto	4.514	13/12/2002
Dispõe sobre a agricultura orgânica.			Aprova o estatuto social da companhia de abastecimento - CONAB.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Decreto	4.157	12/03/2002
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.		
			Decreto	3.993	30/10/2001
			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	3.991	30/10/2001	Decreto	90.639	10/12/1984
Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Mantém, sob nova denominação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.168	24/08/2001	Lei	7.231	23/10/1984
Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.			Transfere competência do INCRA para o ministério da agricultura.		
Medida Provisória	2.168	28/06/2001	Decreto	88.626	16/08/1983
Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.			Estabelece normas para o escoamento, comercialização e estocagem de álcool para fins energéticos e dá outras providências.		
Lei	10.186	12/02/2001	Decreto Legislativo	45	02/06/1982
Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.			Aprova o texto do Decreto-lei 1.899, de 21/12/1981, que "institui taxas relativas a atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.		
Decreto	3.664	17/11/2000	Decreto-Lei	1.899	21/12/1981
Institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.			Institui taxas relativas a atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura e dá outras providências.		
Lei	9.973	29/05/2000	Lei	6.894	16/12/1980
Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.			Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.		
Lei	9.972	25/05/2000	Decreto	83.700	05/07/1979
Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.			Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Alcool, cria o Conselho Nacional do Alcool - CENAL, a Comissão Executiva Nacional do Alcool - CENAL, e dá outras Providências.		
Decreto	3.262	25/11/1999	Lei	4.504	30/11/1964
Autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de preços, ao amparo da Lei no 8.427, de 27 de maio de 1992.			Dispõe sobre o Estatuto da Terra.		
Lei	9.445	14/03/1997	Decreto	55.286	30/11/1964
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei do Estatuto da Terra de 30 de novembro de 1964 e dá outras providências.		
Lei	9.362	13/12/1996	<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
Dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.			Lei	13.065	30/12/2014
Lei	9.321	05/12/1996	Concede auxílio e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.		
Dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para fins de financiamento ao amparo do PRONAF.			Decreto	8.242	23/05/2014
Decreto	2.025	09/10/1996	Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e os procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.		
Dispensa o registro de que trata o artigo 39 do Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, no caso de financiamentos ao amparo do PRONAF.			Decreto		07/10/2013
Medida Provisória	1.091	25/08/1995	Dispõe a prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos.		
Dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.			Decreto	7.943	05/03/2013
Lei	8.874	29/04/1994	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
Instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene.			Lei	12.722	03/10/2012
Decreto	949	05/10/1993	Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.		
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.			Decreto	7.775	04/07/2012
Lei	8.661	02/06/1993	Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.		
Dispõe sobre os Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica da Indústria e da Agropecuária.			Decreto	7.721	16/04/2012
Lei	8.629	25/02/1993	Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego.		
Regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.			Decreto	7.636	07/12/2011
Lei	8.540	22/12/1992	Sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social.		
Dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e determina outras providências.			Decreto	7.617	17/11/2011
Lei	8.315	23/12/1991	Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada.		
Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.			Lei	12.483	08/09/2011
Decreto	58.605	14/06/1991	Trata de normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.		
Dispõe sobre a atualização dos valores das multas previstas na legislação especial e econômica canavieira, na forma do art. 42, da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.			Lei	12.435	06/07/2011
Lei	8.171	17/01/1991	Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		
Dispõe sobre a política agrícola.			Lei	12.429	20/06/2011
Decreto	92.797	19/06/1986	Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.		
Mantém, sob nova denominação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e dá outras providências.			Decreto	7.494	02/06/2011
Lei	7.291	19/12/1984	Dispõe sobre o Programa Bolsa Família.		
Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país.			Decreto	7.492	02/06/2011
			Institui o Plano Brasil Sem Miséria.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.443	23/02/2011	Decreto	5.209	17/09/2004
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.		
Decreto	7.405	23/12/2010	Decreto	5.085	19/05/2004
Institui o Programa Pró-Catador.			Define as ações continuadas de assistência social.		
Lei	12.340	01/12/2010	Lei	10.845	05/03/2004
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e sobre assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre.			Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.		
Decreto	7.342	26/10/2010	Decreto	5.003	04/03/2004
Institui o cadastro socioeconômico para registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico.			Dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, e dá outras providências.		
Decreto	7.332	19/10/2010	Decreto	4.978	03/02/2004
Dispõe sobre o Programa Bolsa Família.			Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.		
Decreto	7.334	19/10/2010	Lei	10.836	09/01/2004
Institui o Censo do Sistema único de Assistência Social - Censo SUAS.			Cria o programa bolsa família e dá outras providências.		
Decreto	7.300	14/09/2010	Lei	10.689	13/06/2003
Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.			Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação-PNAA.		
Decreto		12/08/2010	Decreto	4.584	05/02/2003
Convoca a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.			Institui o Serviço Social Autônomo de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Lei	10.637	30/12/2002
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).		
Decreto	7.215	15/06/2010	Decreto	4.327	08/08/2002
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS para instituições de saúde e altera o Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.		
Lei	12.219	31/03/2010	Lei	10.310	22/11/2001
Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.			Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.		
Decreto		26/01/2010	Medida Provisória	2.225	04/09/2001
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de sistematização de programas sociais e mecanismos de participação social.			Fica instituído o Sistema Nacional Antidrogas, constituído pelo conjunto de órgãos que exercem, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.		
Lei	12.212	20/01/2010	Medida Provisória	2.206	10/08/2001
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".		
Decreto	7.053	23/12/2009	Lei	10.219	11/04/2001
Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".		
Lei	12.101	27/11/2009	Lei	10.170	29/12/2000
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.			Dispensa as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária nos casos citados.		
Decreto	6.959	15/09/2009	Decreto	3.518	20/06/2000
Trata do Programa de Aquisição de Alimentos.			Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.		
Lei	11.942	28/05/2009	Decreto	3.156	27/08/1999
Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.			Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.		
Lei	11.888	24/12/2008	Lei	9.807	13/07/1999
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a testemunhas Ameaçadas, e dá outras providências.		
Decreto	6.308	14/12/2007	Lei	9.656	03/06/1998
Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social e dá outras providências.			Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.		
Lei	11.530	24/10/2007	Decreto	2.536	06/04/1998
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.		
Decreto	6.214	26/09/2007	Lei	9.604	05/02/1998
Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.			Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.		
Lei	11.096	13/01/2005	Decreto	1.817	12/02/1996
Institui o Progrma Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Dispõe sobre o processo de eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, e dá outras providências.		
Lei	11.053	29/12/2004	Decreto	1.686	26/10/1995
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.			Dispõe sobre o acervo patrimonial da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência, e dá outras providências.		
Decreto	5.245	15/10/2004	Lei	8.742	07/12/1993
Institui o Programa PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	8.689	27/07/1993	Lei	11.355	19/10/2006
Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.		
Lei	7.758	24/04/1989	Decreto	5.798	07/06/2006
Dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos servidores da Justiça do Trabalho e dá outras providências.			Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.		
Lei Complementar	11	25/05/1971	Decreto	5.602	06/12/2005
Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.			Regulamenta o Programa de Inclusão Digital.		
Lei Complementar	7	07/09/1970	Decreto	5.563	11/10/2005
Institui o programa de integração social.			Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.		
<b>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>					
Lei	12.954	05/02/2014	Lei	11.105	24/03/2005
Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.			Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM.		
Decreto	7.819	03/10/2012	Lei	10.973	02/12/2004
Dispõe sobre redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, na hipótese que especifica, e dá outras providências.			Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.		
Lei	12.715	17/09/2012	Lei	10.964	28/10/2004
Institui diversos programas sociais mediante incentivo fiscal.			Estende aos cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
Decreto	7.642	13/12/2011	Decreto	5.253	25/10/2004
Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.			Dispõe sobre a extinção de cargos da Carreira Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.603	09/11/2011	Lei	10.860	14/04/2004
Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa.			Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA do Ministério da Ciência e Tecnologia.		
Lei	12.507	11/10/2011	Decreto	4.195	11/04/2002
Inclui no Programa de Inclusão Digital, tablet PC produzido no País.			Institui mecanismos de financiamento para programas de ciência e tecnologia.		
Decreto	7.544	02/08/2011	Decreto	4.157	12/03/2002
Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.			Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.		
Decreto	7.539	02/08/2011	Decreto	4.141	22/02/2002
Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.			Delega competência ao Ministro da Ciência e Tecnologia para designar os membros do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira-AEB.		
Decreto		28/04/2011	Lei	10.332	19/12/2001
Extingue a Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.		
Medida Provisória	510	28/10/2010	Decreto	3.915	12/09/2001
Promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento tecnológico nas empresas, e dá outras providências.			Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do setor espacial.		
Decreto	7.313	22/09/2010	Medida Provisória	2.186	23/08/2001
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.			Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia.		
Lei	12.269	21/06/2010	Decreto	3.874	19/07/2001
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Destina ao setor de ciência e tecnologia, recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.204	08/06/2010	Decreto	3.866	16/07/2001
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Decreto	7.022	02/12/2009	Decreto	3.867	16/07/2001
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Decreto	6.986	20/10/2009	Medida Provisória	2.200	28/06/2001
Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.		
Decreto	6.938	13/08/2009	Lei	10.176	11/01/2001
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e dá outras providências.			Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.		
Decreto	6.234	11/10/2007	Lei	9.993	24/07/2000
Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.			Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Decreto	6.090	24/04/2007	Lei	9.991	24/07/2000
Altera a composição e aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Decreto	6.095	24/04/2007	Lei	9.994	24/07/2000
Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.			Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	9.765	17/12/1998	Decreto	7.004	23/11/2009
Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.			Trata do plano de desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do meio- ambiente.		
Decreto	1.791	15/01/1996	Lei	12.007	29/07/2009
Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA.			Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.		
Decreto	949	05/10/1993	Decreto	6.705	19/12/2008
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.			Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.		
Lei	8.691	28/07/1993	Decreto	6.654	20/11/2008
Dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.			Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.		
Lei	8.661	02/06/1993	Lei	11.771	17/09/2008
Dispõe sobre os Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica da Indústria e da Agropecuária.			Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.		
Lei	8.248	23/10/1991	Decreto	6.505	04/07/2008
Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.			Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.		
Lei	8.010	29/03/1990	Decreto	6.366	30/01/2008
Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.			Regulamenta a Medida Provisória nº 415, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.		
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>					
Decreto	8.264	05/06/2014	Lei	11.637	28/12/2007
Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.			Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.		
Lei	12.974	15/05/2014	Decreto	6.204	05/09/2007
Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.			Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.		
Decreto	8.186	17/01/2014	Decreto	6.187	14/08/2007
Estabelece a aplicação de margens de preferência normal e adicional para aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos.			Institui o concurso de prognóstico denominado Timemania.		
Decreto	7.994	24/04/2013	Decreto	5.820	29/06/2006
Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013-2016.			Dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e dá outras providências.		
Decreto	7.983	08/04/2013	Decreto	5.713	02/03/2006
Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.			Dispõe sobre os bens e serviços amparados pelo Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES.		
Decreto	7.962	15/03/2013	Decreto	5.712	02/03/2006
Dispõe sobre a contratação no comércio eletrônico.			Regulamenta o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES.		
Decreto	7.963	15/03/2013	Lei	10.865	30/04/2004
Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.			Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.		
Decreto	7.888	15/01/2013	Decreto	4.898	26/11/2003
Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.			Transfere competências do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, para o Ministério do Turismo.		
Lei	12.741	08/12/2012	Decreto	4.732	10/06/2003
Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor.			Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo.		
Decreto	7.708	02/04/2012	Decreto	4.584	05/02/2003
Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio.			Institui o Serviço Social Autônomo de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil.		
Lei	12.587	03/01/2012	Lei	10.636	30/12/2002
Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura- FNIT.		
Decreto	7.381	02/12/2010	Lei	10.438	26/04/2002
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial e recomposição tarifária.		
Decreto	7.373	26/11/2010	Lei	10.312	27/11/2001
Cria o Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT.			Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.		
Decreto	7.358	17/11/2010	Lei	10.276	10/09/2001
Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional.			Dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e para a Seguridade Social.		
Lei	12.270	24/06/2010	Decreto		21/08/2001
Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros.			Cria, no âmbito da CAMEX - Câmara de Comércio Exterior, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, disciplina sua composição e funcionamento, e dá outras providências.		
Lei	12.269	21/06/2010			
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	3.865	13/07/2001	Decreto	6.868	04/06/2009
Estabelece requisito para contratação de serviços de certificação digital pelos órgãos públicos federais e das outras providências.			Institui o Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (ProTIC) e dispõe sobre a composição de seu Comitê Gestor.		
Lei	10.202	20/02/2001	Decreto		23/12/2008
Trata da política energética nacional.			Autoriza o aumento do capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS.		
Lei	9.847	26/10/1999	Decreto	6.689	11/12/2008
Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.			Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e revoga o art. 4o do Decreto no 6.246, 24 de outubro de 2007.		
Lei	9.478	06/08/1997	Decreto	6.654	20/11/2008
Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo.			Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.		
Lei	9.322	05/12/1996	Decreto	6.555	08/09/2008
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.			Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.		
Lei	8.934	18/11/1994	Decreto	6.505	04/07/2008
Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.			Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.		
Lei	8.181	28/03/1991	Lei	11.652	07/04/2008
Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.			Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.		
Lei	8.078	11/09/1990	Decreto	6.292	07/12/2007
Dispõe sobre a Proteção do Consumidor.			Aprova o Programa de Dispêndios Globais para 2007 da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências.		
Lei	7.966	22/12/1989	Decreto	6.246	24/10/2007
Autoriza a negociação ou troca de Certificados de Investimentos.			Cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências.		
Decreto	94.007	09/02/1987	Decreto	5.102	11/06/2004
Dispõe sobre o pagamento de despesas no Exterior.			Dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Decreto-Lei	2.056	19/08/1983	Decreto	4.901	26/11/2003
Dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio.			Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Decreto-Lei	1.118	10/08/1970	Lei	10.703	18/07/2003
Dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação.			Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos.		
<b>COMUNICAÇÃO</b>					
Lei	13.116	20/04/2015	Decreto	4.733	10/06/2003
Estabelece norma gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.			Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.		
Lei	12.965	23/04/2014	Lei	10.415	21/03/2002
Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.			Cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.		
Decreto	8.135	04/11/2013	Decreto	4.046	10/12/2001
Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.			Extingue o Cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República, e dá outras providências.		
Decreto	7.921	15/02/2013	Decreto	3.896	23/08/2001
Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPABL.			Dispõe sobre a regência dos serviços de telecomunicações.		
Lei	12.715	17/09/2012	Decreto	3.873	18/07/2001
Institui diversos programas sociais mediante incentivo fiscal.			Modifica o art. 61 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.		
Lei	12.686	18/07/2012	Decreto	3.753	19/02/2001
Normatiza a divulgação de documentos institucionais produzidos em língua estrangeira, nos sites e portais da rede mundial de computadores - internet mantidos por órgãos e entidades públicas.			Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações nas escolas públicas de Ensino Profissionalizante.		
Lei	12.527	18/11/2011	Decreto	3.624	05/10/2000
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; e dá outras providências- Lei de Acesso à Informação.			Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.		
Lei	12.507	11/10/2011	Lei	9.691	22/07/1998
Inclui no Programa de Inclusão Digital, tablet PC produzido no País.			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Lei	12.485	12/09/2011	Decreto	2.592	15/05/1998
Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.			Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.		
Decreto	7.512	30/06/2011	Lei	9.472	16/07/1997
Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU.			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Decreto	7.379	01/12/2010	Lei	9.295	19/07/1996
Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal.			Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.		
Decreto	7.175	12/05/2010	Lei	7.680	02/12/1988
Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.			Altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos Serviços de Telecomunicações.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto-Lei Institui o Imposto sobre Serviços de Comunicações, e dá outras providências.	2.186	20/12/1984	Lei Institui a Política Nacional do Livro.	10.753	30/10/2003
Decreto Renova as concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão).	88.066	26/01/1983	Decreto Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Superior do Cinema, e dá outras providências.	4.858	13/10/2003
Lei Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	6.650	23/05/1979	Decreto Estabelece as competências do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com relação aos projetos audiovisuais.	4.456	04/11/2002
<b>CULTURA</b>			Lei Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.	10.454	13/05/2002
Medida Provisória Dispõe sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine.	687	17/08/2015	Lei Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.	10.413	12/03/2002
Lei Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.	13.018	22/07/2014	Medida Provisória Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria a ANCINE e o FUNCINES, institui o PRODECINE e dá outras providências.	2.228	06/09/2001
Lei Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência, e jovens, comprovadamente carentes em espetáculos culturais e esportivos.	12.933	26/12/2013	Medida Provisória Cria o Conselho Superior do Cinema e Agência Nacional do Cinema - ANCINE, e Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINE.	2.219	04/09/2001
Decreto Institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale cultura.	8.084	26/08/2013	Decreto Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do Imposto sobre a Renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e a incentivos à atividade audiovisual.	3.891	17/08/2001
Lei Dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei n 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.	12.853	14/08/2013	Decreto Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura.	3.617	02/10/2000
Lei Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura.	12.761	27/12/2012	Lei Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC	9.999	30/08/2000
Decreto Regulamenta "Programa Cinema Perto de Você" e dá outras providências.	7.729	25/05/2012	Decreto Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.	3.551	04/08/2000
Decreto Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.	7.414	30/12/2010	Lei Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.	9.610	19/02/1998
Decreto Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.	7.387	09/12/2010	Lei Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.	9.394	20/12/1996
Lei Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIC.	12.343	02/12/2010	Decreto Estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura PRONAC.	1.494	17/05/1995
Lei Cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE	12.323	15/09/2010	Decreto Fixa os limites individuais máximos para dedução aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas e o valor absoluto do limite global de deduções.	1.095	23/03/1994
Lei Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	11.906	20/01/2009	Lei Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual	8.685	20/07/1993
Decreto Dispõe sobre o Programa Mais Cultura.	6.630	04/11/2008	Decreto Dispõe sobre controle da autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma, postas em comércio.	567	11/06/1992
Decreto Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004.	6.585	29/09/2008	Lei Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.	8.313	23/12/1991
Lei Estende aos Municípios com menos de 100.000 habitantes, benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.	11.646	10/03/2008	Decreto Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.	99.492	03/09/1990
Decreto Destina recursos para o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.	6.299	12/12/2007	Decreto Dispõe sobre as atividades da equideocultura no país.	96.993	17/10/1988
Decreto Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.	6.177	01/08/2007	Lei Dispõe sobre benefícios fiscais concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.	7.505	02/07/1986
Lei Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC.	11.233	22/12/2005	Lei Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país.	7.291	19/12/1984
Decreto Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC, e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.	5.520	24/08/2005	<b>DEFESA NACIONAL</b>		
Lei Altera os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação .	11.070	30/12/2004	Lei Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos .	13.133	15/06/2015

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.432	09/04/2015	Lei	11.458	19/03/2007
Restringe o uso de aeronaves do Comando da Aeronáutica em deslocamentos para o local de domicílio.			Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.		
Lei	13.109	25/03/2015	Lei	11.279	09/02/2006
Dispõe sobre a licença à gestante, medidas de proteção à maternidade para militares grávida e a licença paternidade, no âmbito das Forças Armadas.			Dispõe sobre o ensino na Marinha.		
Decreto	8.422	20/03/2015	Lei	11.182	27/09/2005
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Hospital das Forças Armadas.			Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.		
Lei	13.065	30/12/2014	Lei	10.893	13/07/2004
Concede auxílio e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.			Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM.		
Decreto	8.135	04/11/2013	Decreto	5.013	11/03/2004
Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.			Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJD.		
Decreto	8.122	16/10/2013	Lei	10.834	29/12/2003
Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.			Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.		
Decreto	7.957	12/03/2013	Lei	10.744	09/10/2003
Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.			Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.		
Decreto	7.760	19/06/2012	Decreto	4.801	06/08/2003
Regulamenta a Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo, de que trata o art. 3o da Lei no 11.319, de 6 de julho de 2006.			Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.		
Lei	12.598	21/03/2012	Decreto	4.346	26/08/2002
Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.			Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.		
Decreto	7.554	15/08/2011	Decreto	4.307	18/07/2002
Dispõe sobre a coordenação das atividades públicas nos aeroportos e institui a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.		
Decreto	7.496	08/06/2011	Lei	10.486	04/07/2002
Institui o Plano Estratégico de Fronteiras.			Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.		
Decreto	7.473	05/05/2011	Lei	4.244	22/05/2002
Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.			Dispõe sobre o transporte aéreo, no País, de autoridades em aeronave do Comando da Aeronáutica.		
Decreto	7.438	11/02/2011	Decreto	4.179	02/04/2002
Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.		
Decreto	7.424	05/01/2011	Lei	10.332	19/12/2001
Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.		
Lei Complementar	136	25/08/2010	Medida Provisória	2.215	31/08/2001
Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dá outras providências.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.		
Lei	12.257	15/06/2010	Decreto	3.665	20/11/2000
Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.			Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).		
Decreto	7.097	04/02/2010	Decreto	2.963	24/02/1999
Dispõe sobre a distribuição do efetivo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, em tempo de paz.			Regulamenta o Auxílio-Transporte dos militares federais.		
Decreto	7.018	27/11/2009	Lei	9.657	03/06/1998
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.			Cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e dá outras providências.		
Decreto	6.907	21/07/2009	Lei	9.614	05/03/1998
Dispõe sobre diárias de servidores e de militares.			Modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica, para incluir hipótese de destruição de aeronave.		
Decreto	6.883	25/06/2009	Decreto	2.299	13/08/1997
Dispõe sobre o ensino na Marinha.			Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o regime de contratação dos Auxiliares Locais, no exterior.		
Decreto	6.854	25/05/2009	Decreto	2.153	20/02/1997
Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.			Estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha e dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais.		
Decreto	6.838	04/05/2009	Decreto	1.864	16/04/1996
Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército.			Aprova o Regulamento de Promoções de Graduados do Exército.		
Decreto	6.703	18/12/2008	Decreto	1.786	11/01/1996
Aprova a Estratégia Nacional de Defesa.			Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para despachar pedidos de autorização formulados por empresas de transporte aéreo estrangeiras para continuar com suas atividades no Brasil.		
			Decreto	1.339	20/12/1994
			Regulamenta o regime jurídico dos auxiliares locais no âmbito do Ministério da Marinha, estendido às Forças Armadas.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	8.617	04/01/1993	Lei	13.031	24/09/2014
Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.			Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostromizada.		
Lei	8.399	07/01/1992	Decreto		24/07/2014
Especifica a destinação dos recursos originados por adicional tarifário criado pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, que "cria o Adicional de Tarifa Aeroportuária."			Convoca a 1ª Conferência Nacional de Política Indígena.		
Lei	8.239	04/10/1991	Lei	13.005	25/06/2014
Dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.			Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.		
Lei	8.183	11/04/1991	Lei Complementar	146	25/06/2014
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.			Estende a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.		
Decreto	98.044	14/08/1989	Decreto	8.264	05/06/2014
Aprova novo Estatuto da Fundação Habitacional do Exército.			Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.		
Lei	7.565	19/12/1986	Lei	12.962	08/04/2014
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.			Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.		
Lei	7.150	02/12/1983	Lei	12.961	04/04/2014
Fixa os efetivos do Exército em tempo da paz.			Trata da destruição de drogas apreendidas.		
Decreto	86.864	21/01/1982	Lei	12.960	27/03/2014
Dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea.			Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.		
Decreto-Lei	1.896	17/12/1981	Decreto	8.202	06/03/2014
Dispõe sobre a utilização de instalações e serviços a apoiar e tornar seguro a navegação aérea.			Trata da composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM.		
Lei	6.880	09/12/1980	Lei	12.955	05/02/2014
Dispõe sobre o Estatuto dos militares.			Estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.		
Decreto	75.691	05/05/1975	Lei	12.933	26/12/2013
Dispõe sobre Tarifas Aeroportuárias.			Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência, e jovens, comprovadamente carentes em espetáculos culturais e esportivos.		
Lei	6.009	26/12/1973	Decreto	8.166	23/12/2013
Dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos e das facilidades à navegação aérea.			Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.		
Decreto	71.733	18/01/1973	Lei	12.899	18/12/2013
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.			Dispõe sobre a propriedade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.		
Lei	5.809	10/10/1972	Lei	12.896	18/12/2013
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.			Trata da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.		
Lei	5.651	11/12/1970	Lei	12.895	18/12/2013
Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social.			Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente e acompanhante.		
Lei	4.617	15/04/1965	Decreto	8.136	05/11/2013
Cria o Fundo do Exército.			Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir.		
<b>DIREITO DA CIDADANIA</b>			Lei	12.852	05/08/2013
Decreto		28/04/2015	Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.		
Convoca a 3ª Conferência Nacional de Juventude a realizar em Brasília em dezembro/2015.			Lei	12.847	02/08/2013
Decreto		30/03/2015	Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.		
Convoca a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.			Lei	12.845	01/08/2013
Lei	13.112	30/03/2015	Dispõe sobre o atendimento obrigatório integral de pessoas em situação de violência sexual.		
Permite que a mulher em igualdade de condições, proceda o registro de nascimento do filho.			Lei	12.817	05/06/2013
Lei	13.106	17/03/2015	Dispõe sobre a ampliação da idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família.		
Dispõe sobre a Lei nº 8.069/1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente.			Lei Complementar	142	08/05/2013
Lei	13.105	16/03/2015	Trata sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral da Previdência Social - RGPS.		
Institui Código de Processo Civil.			Decreto	7.988	17/04/2013
Lei	13.104	09/03/2015	Trata do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.		
Dispõe sobre o art. 121 do Código Penal, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e incluir no rol dos crimes hediondos.			Decreto		16/04/2013
Lei	13.058	22/12/2014	Convocada a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.		
Dispõe sobre a Guarda compartilhada e sua aplicação.					
Lei	13.046	01/12/2014			
Dispõe que os Conselhos tutelares tenham em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar aos conselhos suspeitas ou ocorrências de maus tratos com crianças e adolescentes.					



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.986	15/04/2013	Decreto	7.426	07/01/2011
Trata do Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara das Relações de Consumo.			Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, para o Ministério da Justiça.		
Decreto	7.981	08/04/2013	Decreto	7.395	22/12/2010
Trata do Programa de inclusão Digital.			Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.		
Decreto	7.963	15/03/2013	Decreto	7.393	15/12/2010
Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.			Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.		
Decreto	7.959	13/03/2013	Decreto	7.388	09/12/2010
Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.			Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.		
Decreto	7.958	13/03/2013	Lei	12.288	20/07/2010
Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.			Institui o Estatuto da Igualdade Racial.		
Decreto	7.943	05/03/2013	Decreto	7.179	20/05/2010
Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.			Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.		
Lei	12.720	27/09/2012	Decreto	7.177	12/05/2010
Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH.		
Lei	12.687	18/07/2012	Decreto	7.158	20/04/2010
Trata da gratuidade na emissão da carteira de identidade no caso que menciona.			Autoriza a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a dar cumprimento a sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.		
Decreto	7.775	04/07/2012	Lei	12.227	12/04/2010
Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.			Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.		
Decreto	7.747	05/06/2012	Lei	12.219	31/03/2010
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.			Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.		
Decreto		05/06/2012	Decreto		08/03/2010
Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.			Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de criação do Memorial da Mulher Brasileira.		
Lei	12.594	18/01/2012	Lei	12.213	20/01/2010
Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.			Institui o Fundo Nacional do Idoso.		
Decreto	7.626	24/11/2011	Decreto	7.053	23/12/2009
Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.			Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.		
Lei	12.528	18/11/2011	Decreto	7.037	21/12/2009
Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.			Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.		
Decreto	7.612	17/11/2011	Lei	12.127	17/12/2009
Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.			Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.		
Lei	12.483	08/09/2011	Decreto	6.998	05/11/2009
Trata de normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.		
Lei	12.461	26/07/2011	Decreto	6.995	30/10/2009
Trata da notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde.			Designa a Secretaria Especial dos Direitos Humanos como Autoridade Central da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.		
Lei	12.414	09/06/2011	Lei	12.007	29/07/2009
Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.			Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.		
Lei	12.416	09/06/2011	Lei	12.008	29/07/2009
Dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil.			Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	12.418	09/06/2011	Decreto	6.861	27/05/2009
Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Lei	12.415	09/06/2011	Decreto	6.609	22/10/2008
Trata do Estatuto da Criança e do Adolescente.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Decreto	7.492	02/06/2011	Lei	11.693	11/06/2008
Institui o Plano Brasil Sem Miséria.			Transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.		
Decreto	7.461	18/04/2011	Lei	11.515	28/08/2007
Prorroga o prazo de efetivação da transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde para o Ministério da Saúde.			Trata sobre medidas de defesa sanitária animal.		
Decreto		03/02/2011	Decreto	6.044	12/02/2007
Institui procedimentos para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.			Define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	11.343	23/08/2006	Lei	12.989	06/06/2014
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).		
Decreto	5.167	03/08/2004	Decreto	8.259	29/05/2014
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.			Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação.		
Lei	10.858	13/04/2004	Decreto	8.260	29/05/2014
Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.			Dispõe sobre o banco de professor-equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o quadro de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E".		
Decreto	5.030	31/03/2004	Lei	12.982	28/05/2014
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.			Determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.		
Lei	10.741	01/10/2003	Decreto	8.241	21/05/2014
Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.			Dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.		
Lei	10.714	13/08/2003	Decreto	8.240	21/05/2014
Determina que seja disponibilizado, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.			Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas.		
Lei	10.678	23/05/2003	Lei	12.960	27/03/2014
Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República.			Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.		
Lei	10.639	09/01/2003	Decreto	8.204	07/03/2014
Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.			Institui o Programa Universidade para Todos - ProUni.		
Decreto	4.564	01/01/2003	Lei	12.881	12/11/2013
Dispõe sobre doações, define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e o funcionamento do seu Conselho Consultivo.			Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.		
Decreto	4.412	07/10/2002	Lei	12.858	09/09/2013
Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências.			Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural - (Pré-Sal).		
Decreto	4.228	13/05/2002	Decreto	8.041	09/07/2013
Institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.			Dispõe sobre a integração de outras instituições públicas que obtiverem credenciamento especial para a oferta de cursos de pós-graduação que institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde.		
Lei	10.289	20/09/2001	Lei	12.799	10/04/2013
Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.			Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.		
Lei	10.288	20/09/2001	Decreto	7.948	12/03/2013
Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.			Dispõe sobre o Programa de Estudantes Convênio de Graduação - PEC-G.		
Lei	9.836	23/09/1999	Lei	12.772	28/12/2012
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde indígena.			Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, sobre a Carreira do Magistério Superior.		
Decreto	3.156	27/08/1999	Lei	12.722	03/10/2012
Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.		
Lei	9.240	22/12/1995	Decreto	7.806	17/09/2012
Ratifica o Fundo de Imprensa Nacional, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.			Regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.		
Decreto	1.196	14/07/1994	Lei	12.695	25/07/2012
Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.			Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas e contempla com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo.		
Lei	8.242	12/10/1991	Lei	12.688	18/07/2012
Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.			Institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).		
Decreto	99.519	11/09/1990	Decreto	7.750	08/06/2012
Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.			Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.		
Lei	8.069	13/07/1990	Decreto	7.626	24/11/2011
Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.			Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.		
Lei	7.853	24/01/1989	Decreto	7.611	17/11/2011
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.			Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.		
Lei	6.015	31/12/1973	Decreto	7.589	26/10/2011
Dispõe sobre os registro públicos.			Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância.		
<b>EDUCAÇÃO</b>					
Decreto	8.498	10/08/2015			
Dispõe sobre amortização de financiamento para custeio de cursos superiores não gratuitos com recursos do Financiamento Estudantil - FIES.					
Lei	13.005	25/06/2014			
Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.513	26/10/2011	Lei	12.249	11/06/2010
Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.			Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.		
Decreto	7.562	15/09/2011	Lei	12.244	24/05/2010
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica.			Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.		
Lei	12.487	15/09/2011	Decreto	7.176	12/05/2010
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.			Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio.		
Decreto	7.559	01/09/2011	Decreto	7.114	19/02/2010
Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.			Dá nova redação a dispositivos que regulamentam o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.		
Decreto	7.544	02/08/2011	Decreto	7.083	27/01/2010
Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.			Dispõe sobre o Programa Mais Educação.		
Lei	12.425	17/06/2011	Decreto	7.084	27/01/2010
Dispõe sobre a admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados.			Dispõe sobre os programas de material didático.		
Lei	12.416	09/06/2011	Decreto	7.082	27/01/2010
Dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil.			Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.		
Decreto	7.485	18/05/2011	Lei	12.189	12/01/2010
Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto.			Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.		
Decreto	7.416	30/12/2010	Decreto	7.022	02/12/2009
Dispõe sobre a concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.			Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.		
Decreto	7.415	30/12/2010	Lei	12.089	11/11/2009
Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público.			Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.		
Decreto	7.397	22/12/2010	Lei	12.061	27/10/2009
Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e dispõe sobre a sua gestão.			Dispõe sobre assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.		
Decreto	7.385	08/12/2010	Decreto	6.986	20/10/2009
Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.			Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.352	04/11/2010	Decreto	6.963	21/09/2009
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia.		
Decreto	7.338	20/10/2010	Lei	11.029	15/09/2009
Dispõe sobre a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC.			Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.		
Decreto	7.337	20/10/2010	Lei	12.014	06/08/2009
Dispõe sobre as condições de amortização dos contratos de financiamento celebrados com o FIES.			Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.		
Decreto	7.313	22/09/2010	Lei	11.988	27/07/2009
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.			Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.		
Lei	12.306	06/08/2010	Lei	11.947	16/06/2009
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal e institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.			Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.		
Decreto	7.243	26/07/2010	Decreto	6.861	27/05/2009
Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Decreto	6.755	20/01/2009
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Decreto	7.233	19/07/2010	Lei	11.892	29/12/2008
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.			Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.219	24/06/2010	Decreto	6.629	04/11/2008
Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.			Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		
Lei	12.260	21/06/2010	Lei	11.740	16/07/2008
Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE.			Cria cargos efetivos, no âmbito do Ministério da Educação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.		
			Lei	11.738	16/07/2008
			Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	6.494	30/06/2008	Lei	10.639	09/01/2003
Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.			Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Lei	11.507	20/07/2007	Decreto	4.313	24/07/2002
Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo INEP ou pela Fundação CAPES.			Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	6.091	24/04/2007	Decreto	4.281	25/06/2002
Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.			Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto	6.094	24/04/2007	Lei	10.429	24/04/2002
Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.			Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - Profae.		
Decreto	6.096	24/04/2007	Decreto	4.123	13/02/2002
Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.			Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.		
Decreto	6.092	24/04/2007	Decreto	3.823	28/05/2001
Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.			Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências.		
Lei	11.352	11/10/2006	Lei	10.219	11/04/2001
Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	5.840	13/07/2006	Lei	10.172	09/01/2001
Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.			Aprova o Plano Nacional de Educação.		
Decreto	5.773	09/05/2006	Decreto	3.276	06/12/1999
Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.			Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.		
Lei	11.273	06/02/2006	Lei	9.766	19/12/1998
Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.			Altera a legislação que rege o salário-educação.		
Decreto	5.622	19/12/2005	Decreto	2.406	27/11/1997
Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Lei	11.180	23/09/2005	Lei	9.394	20/12/1996
Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI e institui o Programa de Educação Tutorial - PET.			Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.		
Lei	11.129	30/06/2005	Lei	8.948	08/12/1994
Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Lei	11.096	13/01/2005	Decreto	977	10/11/1993
Institui o Progrma Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Dispõe sobre a assistência Pré-Escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.		
Lei	11.091	12/01/2005	Lei	8.479	06/11/1992
Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.			Cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.		
Decreto	5.274	18/11/2004	<b>ENERGIA</b>		
Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste, e dá outras providências.			Medida Provisória	688	18/08/2015
Decreto	5.154	23/07/2004	Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a comercialização de energia elétrica e institui a bonificação pela outorga.		
Regulamenta as diretrizes e bases da educação nacional , e dá outras providências.			Medida Provisória	679	23/06/2015
Lei	10.908	15/07/2004	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Institui Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino -GEAT e dá outras providências.			Decreto	8.461	02/06/2015
Lei	10.880	09/06/2004	Regulamenta a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica.		
Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.			Decreto	8.221	01/04/2014
Lei	10.870	19/05/2004	Dispõe sobre a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada e dá outras providências.		
Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.			Decreto	8.213	21/03/2014
Lei	10.861	14/04/2004	Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.			Decreto	8.203	07/03/2014
Decreto	4.875	11/11/2003	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.		
Institui o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior no âmbito do Ministério da Educação.			Decreto	8.079	20/08/2013
			Regulamenta o pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, da região Nordeste.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.063	01/08/2013	Decreto	7.204	08/06/2010
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Lei	12.783	11/01/2013	Decreto	7.183	24/05/2010
Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.			Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - Eletrobrás.		
Lei	12.688	18/07/2012	Decreto	7.154	09/04/2010
Institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).			Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.		
Decreto	7.656	23/12/2011	Decreto	7.129	11/03/2010
Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.			Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.520	08/07/2011	Lei	12.212	20/01/2010
Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.			Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.		
Decreto	7.521	08/07/2011	Lei	12.111	09/12/2009
Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outras providências.			Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.		
Decreto	7.506	27/06/2011	Decreto	6.902	20/07/2009
Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Institui o Conselho Diretor do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - CDFGEE.		
Decreto Legislativo	129	12/05/2011	Lei	11.943	28/05/2009
Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai firmado em 1º de setembro de 2009.			Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.		
Decreto	7.464	25/04/2011	Decreto	6.781	18/02/2009
Dispõe sobre a prorrogação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.			Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento do processo de licitação de concessões.		
Decreto	7.403	23/12/2010	Decreto	6.536	11/08/2008
Estabelece regra para destinação das parcelas de Royalties e da participação especial devidas a União em função da produção de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Lei	12.351	22/12/2010	Decreto	6.535	11/08/2008
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Decreto	7.402	22/12/2010	Decreto	6.415	28/03/2008
Dispõe sobre concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Decreto	7.355	05/11/2010	Decreto	5.667	10/01/2006
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN.			Aprova a Estrutura Regimental da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.		
Decreto	7.342	26/10/2010	Lei	11.097	13/01/2005
Institui o cadastro socioeconômico para registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico.			Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.		
Decreto	7.324	05/10/2010	Decreto	5.177	12/08/2004
Dispõe sobre o Programa Luz para Todos.			Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.		
Decreto	7.317	28/09/2010	Decreto	5.163	30/07/2004
Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outra providência.			Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.320	28/09/2010	Decreto	5.070	06/05/2004
Regulamenta a forma de habilitação e cohabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação.		
Lei	12.304	02/08/2010	Lei	10.848	15/03/2004
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.			Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.		
Decreto	7.246	28/07/2010	Decreto	4.932	23/12/2003
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN, e dá outras providências.			Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.		
Lei	12.276	30/06/2010	Lei	10.762	11/11/2003
Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros Hidrocarbonetos.			Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.		
Lei	12.249	11/06/2010	Decreto	4.873	11/11/2003
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.		
			Lei	10.636	30/12/2002
			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura - FNIT.		
			Decreto	4.541	23/12/2002
			Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial e a recomposição tarifária extraordinária e cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e a Conta de Desenvolvimento Energético.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.453	13/05/2002	Decreto	774	18/03/1993
Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências.			Dispõe sobre a Fixação do Níveis das Tarifas para o Serviço Público de Energia Elétrica.		
Lei	10.438	26/04/2002	Lei	8.631	04/03/1993
Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial e recomposição tarifária.			Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.		
Decreto	4.131	14/02/2002	Decreto	1	11/01/1991
Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.			Regulamenta o pagamento da compensação financeira, e dá outras providências.		
Lei	10.312	27/11/2001	Decreto	98.812	09/01/1990
Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.			Dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.		
Lei	10.310	22/11/2001	Lei	7.990	28/12/1989
Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.			Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.		
Lei	10.295	17/10/2001	Lei	7.886	20/11/1989
Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.			Dispõe sobre a autorização de pesquisa, as concessões de lavra, os manifestos de minas, as licenças e demais títulos atributivos de direitos minerários, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.209	29/08/2001	Lei	7.805	18/07/1989
Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.			Cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.198	24/08/2001	Decreto-Lei	2.432	17/05/1988
Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.			Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica - RENCOR.		
Decreto	3.874	19/07/2001	Decreto	88.626	16/08/1983
Destina ao setor de ciência e tecnologia, recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.			Estabelece normas para o escoamento, comercialização e estocagem de álcool para fins energéticos e dá outras providências.		
Decreto	3.867	16/07/2001	Decreto	83.700	05/07/1979
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Alcool, cria o Conselho Nacional do Alcool - CNAL, a Comissão Executiva Nacional do Alcool - CENAL, e dá outras Providências.		
Lei	10.202	20/02/2001	Decreto	62.934	02/07/1968
Trata da política energética nacional.			Aprova o Regulamento do Código de Mineração.		
Decreto	3.739	31/01/2001	<b>ESPORTE</b>		
Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.			Lei	13.155	04/08/2015
Lei	9.993	24/07/2000	Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, e dá outras providências.		
Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.			Medida Provisória	679	23/06/2015
Lei	9.991	24/07/2000	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Medida Provisória	671	19/03/2015
Lei	9.847	26/10/1999	Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do futebol Brasileiro e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais.		
Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.			Lei	13.051	08/12/2014
Decreto	2.705	03/08/1998	Trata das penalidades aos bolsistas que violarem as regras antidoping.		
Define critérios para cobrança das participações governamentais, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.			Decreto	7.984	08/04/2013
Lei	9.648	27/05/1998	Institui normas gerais sobre desporto.		
Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS.			Decreto	7.560	08/09/2011
Decreto	2.335	06/10/1997	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aprova sua Estrutura Regimental.			Lei	12.462	04/08/2011
Lei	9.478	06/08/1997	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.		
Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo.			Lei	12.396	21/03/2011
Lei	9.427	26/12/1996	Dispõe sobre a constituição do consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANNEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.			Lei	12.395	16/03/2011
Lei	9.314	14/11/1996	Trata das normas gerais sobre desporto e da Bolsa-Atleta e cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva.		
Altera o Código de Mineração, os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, e dá outras providências.			Decreto	7.319	28/09/2010
Decreto	1.771	03/01/1996	Trata da aplicação do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.		
Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida.			Decreto	7.258	05/08/2010
Lei	8.876	02/05/1994	Cria a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.		
Autoriza o Poder Executivo a instituir como Autarquia o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e dá outras providências.			Lei	12.299	27/07/2010
			Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	07/04/2010	Lei	11.358	19/10/2006	
Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.		Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União, e dá outras providências.			
Decreto	14/01/2010	Lei	10.909	15/07/2004	
Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.		Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União.			
Decreto	7.034	15/12/2009	Lei	10.907	15/07/2004
Dispõe sobre a divulgação por meio do Portal da Transparência, dados e informações relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014.		Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA.			
Decreto	7.033	15/12/2009	Lei	10.771	21/11/2003
Divulga, por meio do Portal da Transparência dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		Dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Membros do Ministério Público da União.			
Lei	12.035	01/10/2009	Lei	10.476	27/06/2002
Institui o Ato Olímpico, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		Dispõe sobre a reestruturação da Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União.			
Decreto	6.642	18/11/2008	Lei	10.477	27/06/2002
Delega competência para nomeação das autoridades que menciona.		Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público da União.			
Decreto	6.180	03/08/2007	Decreto	2.839	06/11/1998
Trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.		Dispõe sobre o cadastramento controle e acompanhamento integrado das ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões pelos órgãos da Advocacia-Geral da União.			
Lei	11.438	29/12/2006	Lei	9.469	10/07/1997
Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.		Dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta.			
Lei	10.891	09/07/2004	Lei Complementar	75	20/05/1993
Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas.		Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.			
Decreto	4.960	19/01/2004	Lei Complementar	64	18/05/1990
Cria a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos - CONSEGUE.		Estabelece casos de inelegibilidade e prazos de cessação.			
Decreto	4.201	18/04/2002	Decreto-Lei	2.268	13/03/1985
Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências.		Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público Federal.			
Lei	9.981	14/07/2000	<b>FUNÇÃO JUDICIÁRIA</b>		
Institui normas gerais sobre desporto.		Lei	13.157	04/08/2015	
Lei	9.615	24/03/1998	Institui o Dia Nacional do Oficial de Justiça.		
Institui normas gerais sobre desporto.		Decreto	8.465	08/06/2015	
Lei	7.755	21/04/1989	Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.		
Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.		Lei	13.091	12/01/2015	
Lei	7.752	14/04/1989	Dispõe sobre o subsídio de Ministros do Supremo Tribunal Federal.		
Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador.		Decreto	8.380	24/12/2014	
Decreto	68.703	03/06/1971	Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.		
Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva.		Lei	13.057	22/12/2014	
Decreto-Lei	594	27/05/1969	Cria cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.		
Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.		Lei	13.028	24/09/2014	
<b>ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>			Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.		
Lei	13.032	24/09/2014	Lei	12.900	18/12/2013
Cria o quadro de pessoal da Escola Superior do Ministério Público da União.		Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.			
Lei	12.412	31/05/2011	Decreto	8.157	18/12/2013
Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.		Inclui a previsão de pedido de extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais.			
Lei	12.321	08/09/2010	Lei	12.771	28/12/2012
Dispõe sobre a criação de cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União.		Dispõe sobre o subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal.			
Lei Complementar	132	07/10/2009	Lei	12.762	27/12/2012
Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.		Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.			
Lei	11.967	06/07/2009	Lei	12.476	02/09/2011
Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público.		Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.			
Decreto	5.989	19/12/2006	Lei	12.481	02/09/2011
Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para a Advocacia-Geral da União - AGU.		Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências.			
Lei	11.415	15/12/2006			
Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.482	02/09/2011	Lei	11.877	19/12/2008
Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.		
Lei	12.479	02/09/2011	Lei	11.758	28/07/2008
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.		
Lei	12.480	02/09/2011	Lei	11.697	13/06/2008
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal.		
Lei	12.474	02/09/2011	Lei	11.416	15/12/2006
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.			Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.		
Lei	12.475	02/09/2011	Lei	11.382	06/12/2006
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.			Trata do Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos.		
Lei	12.439	07/07/2011	Decreto	5.480	30/06/2005
Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.		
Lei	12.434	30/06/2011	Lei	10.697	02/07/2003
Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.			Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.		
Lei	12.420	15/06/2011	Lei	10.475	27/06/2002
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a reestrutura das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.		
Lei	12.273	24/06/2010	Lei	10.406	10/01/2002
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.			Institui o Código Civil.		
Lei	12.262	21/06/2010	Lei	10.358	27/12/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.			Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento.		
Lei	12.263	21/06/2010	Lei	10.357	27/12/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.			Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica.		
Lei	12.251	11/06/2010	Lei	10.288	20/09/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.			Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.		
Lei	12.252	11/06/2010	Decreto	3.917	13/09/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.			Dispõe sobre limites para despesa com pessoal para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ex-Territórios.		
Lei	12.250	11/06/2010	Lei	10.259	12/07/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.			Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.		
Decreto	7.121	03/03/2010	Lei	9.756	17/12/1998
Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.		
Lei	12.106	07/12/2009	Lei	9.421	24/12/1996
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração.		
Lei	12.027	09/09/2009	Decreto	9.307	23/09/1996
Cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo.			Dispõe sobre a arbitragem.		
Lei	12.022	27/08/2009	Lei	9.289	04/07/1996
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de Primeiro e Segundos Graus.		
Decreto	6.950	26/08/2009	Lei	8.953	13/12/1994
Dispõe sobre a composição, estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.			Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução.		
Lei	11.999	29/07/2009	Lei	8.072	25/07/1990
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no seu Quadro de Pessoal; e dá outras providências.			Dispõe sobre os crimes hediondos e determina outras providências.		
Lei	12.000	29/07/2009	Lei	8.038	28/05/1990
Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.			Institui normas procedimentais para processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.		
Lei	11.979	08/07/2009	Lei	6.811	08/07/1980
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a destinação da taxa judiciária.		
			Lei	5.869	11/01/1973
			Institui o Código de Processo Civil.		
			<b>FUNÇÃO LEGISLATIVA</b>		
			Lei	13.107	24/03/2015
			Dispõe sobre fusão de partidos políticos.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.777	28/12/2012	Decreto	8.127	22/10/2013
Altera o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara dos Deputados.			Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, e dá outras providências.		
Lei	12.779	28/12/2012	Decreto	8.099	04/09/2013
Ficam reajustadas em 15,8% (quinze inteiros e oito décimos por cento), as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal.			Dispõe sobre a transferência de centros especializados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.		
Decreto Legislativo	276	20/12/2010	Lei	12.854	26/08/2013
Fixa o subsídio para os membros do congresso Nacional.			Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas.		
Lei	12.256	15/06/2010	Decreto	8.039	04/07/2013
Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados.			Trata do Programa Nacional de Universalização do acesso ao uso da água - Água Para Todos.		
Decreto Legislativo	112	04/06/2007	Lei	12.805	29/04/2013
Fixa o subsídio dos membros do Congresso Nacional.			Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.		
Decreto	5.001	02/03/2004	Decreto	7.957	12/03/2013
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.		
Lei	10.697	02/07/2003	Decreto	7.830	17/10/2012
Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.			Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas gerais aos Programas de Regularização Ambiental.		
Decreto	4.596	17/02/2003	Lei	12.678	25/06/2012
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia.		
Decreto	3.132	09/08/1999	Lei	12.651	25/05/2012
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.		
Lei	9.506	30/10/1997	Decreto	7.640	09/12/2011
Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.			Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.		
Lei	9.504	30/09/1997	Lei Complementar	140	08/12/2011
Estabelece normas para as eleições.			Fixa normas, relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.		
Lei	9.096	17/09/1995	Lei	12.512	14/10/2011
Dispõe sobre partidos políticos.			Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.		
Decreto	1.403	21/02/1995	Decreto	7.572	28/09/2011
Institui o Sistema de Acompanhamento Legislativo e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.		
Decreto Legislativo	7	19/01/1995	Decreto	7.535	26/07/2011
Dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 50ª Legislatura.			Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.		
Decreto Legislativo	33	16/12/1994	Decreto	7.404	23/12/2010
Disciplina as relações jurídicas que menciona.			Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Internacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística reversa.		
Lei	8.443	16/07/1992	Decreto	7.402	22/12/2010
Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.			Dispõe sobre concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.		
Lei	7.675	04/10/1988	Decreto	7.390	09/12/2010
Atribui ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios das transferências de recursos federais.			Dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.		
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>					
Lei	13.153	30/07/2015	Decreto	7.378	01/12/2010
Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos e prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD.			Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal.		
Lei	13.123	20/05/2015	Decreto	7.341	22/10/2010
Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.			Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.		
Decreto	8.375	11/12/2014	Decreto	7.340	21/10/2010
Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas.			Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu.		
Decreto	8.235	05/05/2014	Lei	12.334	20/09/2010
Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal e institui o Programa Mais Ambiente Brasil.			Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos.		
Decreto	8.219	28/03/2014	Decreto		15/09/2010
Trata do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "Água para todos", dispõe sobre a criação de Conselhos Consultivos.			Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado.		
Decreto	8.207	13/03/2014	Lei	12.305	02/08/2010
Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.			Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.		
Lei	12.954	05/02/2014	Lei	12.187	29/12/2009
Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.			Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.029	10/12/2009	Lei	9.984	17/07/2000
Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".			Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.		
Decreto Legislativo	899	01/12/2009	Lei	9.966	28/04/2000
Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.			Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.		
Decreto	7.008	12/11/2009	Decreto	3.179	21/09/1999
Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.			Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Lei	9.795	27/04/1999
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto	6.874	05/06/2009	Decreto	2.519	16/03/1998
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro.		
Decreto	6.792	10/03/2009	Lei	9.605	12/02/1998
Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.			Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		
Decreto	6.686	10/12/2008	Decreto	2.119	13/01/1997
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.			Dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação.		
Decreto	6.565	15/09/2008	Lei	9.433	08/01/1997
Dispõe sobre as doações recebidas por instituições financeiras controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.			Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.		
Decreto	6.514	22/07/2008	Lei	8.974	05/01/1995
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.			Cria no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CNTBIO.		
Decreto	6.515	22/07/2008	Decreto Legislativo	2	03/02/1994
Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental.			Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.		
Decreto	6.511	17/07/2008	Lei	8.746	09/12/1993
Dispõe sobre prevenção da poluição marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias.			Cria mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.		
Decreto	6.469	30/05/2008	Decreto	99.274	06/06/1990
Autoriza a redução da área de reserva legal para até 50% no Estado do Acre.			Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.		
Decreto		30/05/2008	Lei	7.754	14/04/1989
Institui a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável - CGPAS.			Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.		
Lei	11.516	28/08/2007	Lei	7.735	22/02/1989
Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.			Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.		
Decreto	5.995	19/12/2006	Lei	7.347	24/07/1985
Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGIB.			Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente.		
Decreto	5.746	05/04/2006	Lei	6.938	31/08/1981
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Institui e regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural ? RPPN.			Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.		
Decreto	5.577	08/11/2005	Lei	6.803	02/06/1980
Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.			Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.		
Decreto	4.340	22/08/2002	<b>HABITAÇÃO</b>		
Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.			Medida Provisória	679	23/06/2015
Decreto	4.326	08/08/2002	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Institui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.			Lei	12.868	15/10/2013
Decreto	3.939	26/09/2001	Dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).		
Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).			Decreto	7.499	16/06/2011
Medida Provisória	2.186	23/08/2001	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.		
Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia.			Lei	12.424	16/06/2011
Lei	10.165	27/12/2000	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.			Lei	12.418	09/06/2011
Lei	9.985	18/07/2000	Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.		
Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.			Lei	12.409	25/05/2011
			Autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte-DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.112	09/12/2009	Lei	12.546	14/12/2011
Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.			Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras e dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados à indústria automotiva.		
Lei	11.977	07/07/2009	Decreto	7.604	10/11/2011
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.			Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, e dá outras providências.		
Decreto	6.819	13/04/2009	Decreto	7.539	02/08/2011
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.			Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.		
Lei	11.888	24/12/2008	Decreto	7.451	11/03/2011
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Regulamenta o Regime Especial para a Indústria Aeroespacial Brasileira.		
Lei	11.578	26/11/2007	Lei	12.249	11/06/2010
Dispõe sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.			Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.		
Lei	11.124	16/06/2005	Decreto		24/10/2007
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.			Autoriza o aumento do capital social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL.		
Decreto	5.435	26/04/2005	Lei	11.529	22/10/2007
Define os limites relativos ao programa de Arrendamento Residencial.			Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.		
Decreto	5.345	18/01/2005	Decreto	6.234	11/10/2007
Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.			Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.		
Lei	10.998	15/12/2004	Decreto	6.233	11/10/2007
Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.			Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.		
Lei	10.931	02/08/2004	Lei	11.484	31/05/2007
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário.			Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.		
Lei	10.840	11/02/2004	Lei	11.437	28/12/2006
Cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP.			Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.		
Lei	10.188	12/02/2001	Decreto	5.353	24/01/2005
Cria o Programa de Arrendamento Residencial.			Dispõe sobre a competência, composição, funcionamento e estruturação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI.		
Decreto	97.548	01/03/1989	Lei	11.080	30/12/2004
Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.			Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e dá outras providências.		
Decreto-Lei	2.291	21/11/1986	Decreto	4.925	19/12/2003
Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH.			Institui o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP, e dá outras providências.		
Lei	6.748	10/12/1979	Lei	10.256	09/07/2001
Reduz a exigência de documentação aos pretendentes a aquisição das unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação.			Dispõe sobre a contribuição devida pela agroindústria como sendo produtor rural pessoa jurídica.		
<b>INDÚSTRIA</b>			Lei	9.933	20/12/1999
Lei	12.996	18/06/2014	Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e institui a Taxa de Serviços Metrologicos.		
Institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR - AUTO.			Decreto	2.851	30/11/1998
Decreto	8.247	23/05/2014	Dispõe sobre programas de amparo à pesquisa científica e tecnológica aplicados à indústria do petróleo, e dá outras providências.		
Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.			Lei	9.314	14/11/1996
Decreto	8.122	16/10/2013	Altera o Código de Mineração, os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, e dá outras providências.		
Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.			Lei	8.874	29/04/1994
Lei	12.794	02/04/2013	Instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene.		
Dispõe sobre a contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços e dá outras providências.			Decreto	949	05/10/1993
Decreto	7.969	28/03/2013	Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.		
Prorroga a validade de habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.			Lei	8.661	02/06/1993
Lei	12.715	17/09/2012	Dispõe sobre os Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica da Indústria e da Agropecuária.		
Institui diversos programas sociais mediante incentivo fiscal.			Lei	9.279	14/05/1993
Decreto	7.705	26/03/2012	Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.		
Dispõe sobre a criação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI o desdobramento na descrição do código de classificação.			Decreto	98.812	09/01/1990
Decreto	7.660	23/12/2011	Dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.		
Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	7.805	18/07/1989	Lei	11.090	07/01/2005
Cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.			Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Lei	6.567	24/09/1978	Lei	11.076	30/12/2004
Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica.			Trata do Sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.		
Decreto-Lei	104	13/01/1967	Decreto	4.892	25/11/2003
Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras Providências.			Cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.		
Decreto	56.798	27/08/1965	Lei	10.550	13/11/2002
Regulamenta o Fundo Agro-industrial de Reconversão - FUNAR - criado pelo art. 120 do Estatuto da Terra.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário.		
<b>ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA</b>					
Lei	13.001	20/06/2014	Decreto	3.993	30/10/2001
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		
Decreto	8.256	26/05/2014	Decreto	3.991	30/10/2001
Dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Lei	12.897	18/12/2013	Lei	10.186	12/02/2001
Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.			Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.		
Decreto	8.121	16/10/2013	Lei	9.973	29/05/2000
Trata da regulamentação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.		
Decreto	7.747	05/06/2012	Decreto	3.027	13/04/1999
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.			Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, que criou o Banco da Terra.		
Decreto	7.644	16/12/2011	Decreto-Lei	1.989	28/12/1982
Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Dispõe sobre contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Lei	12.512	14/10/2011	Lei	5.868	12/12/1972
Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural.		
Decreto	7.352	04/11/2010	Decreto-Lei	1.179	06/07/1971
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Institui o Programa PROTERRA e altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais.		
Lei Complementar	137	26/08/2010	Decreto	55.891	31/03/1965
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.			Regulamenta o Estatuto da Terra.		
Decreto	7.215	15/06/2010	Lei	4.504	30/11/1964
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Dispõe sobre o Estatuto da Terra.		
Lei	12.188	11/01/2010	Decreto	55.286	30/11/1964
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei do Estatuto da Terra de 30 de novembro de 1964 e dá outras providências.		
Decreto	7.029	10/12/2009	<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>		
Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".			Decreto	8.499	12/08/2015
Decreto	6.992	28/10/2009	Aprova o Regulamento da Previdência Social.		
Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União.			Lei	13.152	29/07/2015
Decreto	6.874	05/06/2009	Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o período de 2016 a 2019.		
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Decreto	8.443	30/04/2015
Decreto	6.830	27/04/2009	Institui o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social.		
Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo INCRA, no âmbito da Amazônia Legal.			Lei	13.063	30/12/2014
Decreto	6.819	13/04/2009	Isenta o aposentado e o pensionista inválido, beneficiários do Regime Geral da Previdência Social - RGPS de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 anos de idade.		
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.			Decreto	8.373	11/12/2014
Decreto	6.672	02/12/2008	Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.		
Trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária.			Decreto	8.292	04/08/2014
Lei	11.481	31/05/2007	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social.		
Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.			Decreto	8.064	02/08/2013
Lei	11.446	05/01/2007	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2013.		
Dispõe sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar.			Lei	12.810	15/05/2013
			Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.		



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei Complementar	142	08/05/2013	Lei	11.051	29/12/2004
Trata sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral da previdência Social - RGPS.			Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências.		
Decreto	7.862	08/12/2012	Decreto	5.275	19/11/2004
Delega competência aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa para disciplinar o cadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União.			Regulamenta a Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP e dá outras providências.		
Decreto	7.808	20/09/2012	Lei	10.876	02/06/2004
Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.			Cria a Carreira de pericia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.		
Lei	12.618	30/04/2012	Lei	10.865	30/04/2004
Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e dá outras providências.			Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.		
Lei	12.513	26/10/2011	Lei	10.855	01/04/2004
Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.			Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária.		
Decreto	7.533	21/07/2011	Lei	10.666	08/05/2003
Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2011.			Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.		
Lei	12.438	06/07/2011	Lei	10.483	03/07/2002
Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.		
Decreto	7.331	19/10/2010	Lei	10.355	26/12/2001
Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.		
Decreto	7.223	29/06/2010	Decreto	3.914	11/09/2001
Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social.			Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais.		
Lei	12.254	15/06/2010	Medida Provisória	2.187	24/08/2001
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Decreto	7.151	09/04/2010	Medida Provisória	2.187	27/07/2001
Aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Decreto	7.123	03/03/2010	Lei Complementar	108	29/05/2001
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e sobre a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, e dá outras providências.			Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dá outras providências.		
Lei	12.154	23/12/2009	Lei Complementar	109	29/05/2001
Dispõe sobre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC e sobre o seu pessoal.			Dispõe sobre o regime de previdência complementar.		
Lei	11.720	20/06/2008	Decreto	3.788	11/04/2001
Trata sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social.			Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.		
Lei	11.665	29/04/2008	Lei	10.099	19/12/2000
Modifica a data de pagamento dos benefícios da previdência social.			Regulamenta o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para a Previdência Social.		
Lei	11.543	13/11/2007	Lei	9.876	26/11/1999
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, e o cálculo do benefício.		
Decreto	6.131	21/06/2007	Decreto	3.112	06/07/1999
Dispõe sobre a fixação de exercício de Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ministério da Previdência Social, e dá outras providências.			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes da previdência dos servidores da União e dá outras providências.		
Lei	11.488	15/06/2007	Lei	9.796	05/05/1999
Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI e dá outras providências.			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União.		
Lei	11.457	16/03/2007	Lei	9.717	27/11/1998
Dispõe sobre a Administração Tributária Federa e dá outras providências.			Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento de regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, e dá outras providências.		
Decreto	6.019	22/01/2007	Decreto		27/10/1998
Institui o Fórum Nacional da Previdência Social.			Aprova o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização.		
Lei	11.354	19/10/2006	Lei	9.528	10/12/1997
Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos e dá outras providências.			Organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio e de Benefícios da Previdência Social.		
Lei	11.302	10/05/2006	Decreto	2.173	05/03/1997
Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.			Aprova o regulamento da organização e do custeio da seguridade social.		
Lei	11.098	13/01/2005	Decreto	894	16/08/1993
Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, e dá outras providências.			Dispõe sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, para amortização de dívidas junto à Previdência Social.		
Lei	11.053	29/12/2004			
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	8.689	27/07/1993	Decreto	7.484	18/05/2011
Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Promulga a Decisão do Conselho do Mercado Comum - CMC no 33/04, que cria o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul - FEM, aprovada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.		
Lei	8.647	13/04/1993	Decreto Legislativo	129	12/05/2011
Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão, ao regime de Previdência Social.			Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai firmado em 1º de setembro de 2009.		
Lei	8.212	24/07/1991	Decreto	7.460	14/04/2011
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.			Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução no 1970, de 26 de fevereiro de 2011 e dá outras providências.		
Lei	8.213	24/07/1991	Decreto	7.448	03/03/2011
Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.			Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste.		
Decreto-Lei	2.318	30/12/1986	Decreto	7.362	22/11/2010
Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas.			Dispõe sobre a execução da Decisão CMC no 01/10 "Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL", de 2 de agosto de 2010.		
Lei	6.887	10/12/1980	Decreto	7.259	10/08/2010
Modifica a legislação da Previdência Social Urbana.			Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1.929, de 9 de junho de 2010, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.		
Lei	6.439	01/09/1977	Lei	12.292	20/07/2010
Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.			Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.		
Lei	6.125	04/11/1974	Lei	12.270	24/06/2010
Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.			Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros.		
Lei	4.589	11/12/1964	Decreto	7.183	24/05/2010
Extingue a comissão de imposto sindical, a comissão técnica de orientação sindical e cria órgãos no Ministério do Trabalho e Emprego.			Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - Eletrobrás.		
<b>RELAÇÕES EXTERIORES</b>					
Decreto	8.137	06/11/2013	Decreto	7.176	12/05/2010
Promulga o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 63/10, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, aprovada em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.			Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio.		
Decreto	8.095	04/09/2013	Decreto	7.159	27/04/2010
Promulga o Acordo sobre a Isonomia de Vistos para seus Respetivos Nacionais entre a República Federativa do Brasil e República da Sérvia, firmado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.			Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 18 de dezembro de 2007.		
Decreto	8.003	15/05/2013	Decreto	7.108	11/02/2010
Promulga o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos.			Promulga o texto da Medida 1 (2003) - Secretariado do Tratado da Antártida, realizada em Madri, em 2003.		
Decreto	7.668	11/01/2012	Decreto Legislativo	75	25/01/2010
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em Brasília, em 4 de abril de 2007.			Autoriza o aumento do efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH.		
Decreto Legislativo	354	28/11/2011	Decreto	7.064	14/01/2010
Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil.			Dispõe sobre a execução do Protocolo sobre o Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e o Chile.		
Decreto Legislativo	355	28/11/2011	Decreto		22/12/2009
Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, em 4 de setembro de 2008.			Cria o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de preparar o XXXIII Período de Sessões da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina.		
Decreto	7.610	17/11/2011	Decreto	7.030	14/12/2009
Dispõe sobre a execução no Território Nacional adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que especifica duas novas práticas para a aplicação das medidas seletivas.			Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.		
Decreto	7.606	17/11/2011	Lei	12.117	14/12/2009
Trata de sanções contra indivíduos, grupos, empreendimentos e entidades da Al-Qaeda e a ela associados.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto	7.597	01/11/2011	Decreto Legislativo	899	01/12/2009
Promulga o Acordo de Coprodução Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, firmado em Nova Délhi, em 4 de junho de 2007.			Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.		
Decreto	7.545	02/08/2011	Decreto		24/11/2009
Promulga a Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990.			Institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de preparar a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.		
Decreto	7.527	18/07/2011	Decreto	6.963	21/09/2009
Estabelece zona de exclusão no espaço aéreo da Jamahiriya Árabe da Líbia e prevê, entre outras disposições, o reforço do embargo de armas, e dá outras providências.			Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia.		
Decreto	7.506	27/06/2011	Decreto Legislativo	42	30/03/2009
Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.		
Lei	12.429	20/06/2011	Decreto Legislativo	41	30/03/2009
Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.			Aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	6.675	03/12/2008	Decreto	4.679	24/04/2003
Promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira (2000/2001) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado em Brasília, em 27 de novembro de 2003.			Dispõe sobre a competência para adequar a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em decorrência de alterações promovidas na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).		
Decreto	6.616	23/10/2008	Lei	10.466	29/05/2002
Dispõe sobre a execução da Resolução GMC no 27/08 "Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão para o Período Julho a Dezembro de 2008".			Dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.		
Decreto	6.594	06/10/2008	Decreto	3.751	15/02/2001
Institui o Programa Mercosul Social e Participativo.			Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de gestão de projetos.		
Decreto	6.561	11/09/2008	Decreto	1.983	14/08/1996
Execução do Sexagésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, assinado entre os Governos Argentino, Brasileiro, Paraguai e Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL.			Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.		
Decreto	6.562	11/09/2008	Lei	8.829	22/12/1993
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 1999.			Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.		
Decreto	6.542	21/08/2008	Decreto	86.715	10/12/1981
Dispõe sobre a execução do Sexagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre os Governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.			Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.		
Decreto	6.541	21/08/2008	Lei	6.815	19/08/1980
Dispõe sobre o Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, assinado entre os Governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.			Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o conselho nacional de imigração.		
Decreto	6.543	21/08/2008	Decreto	65.476	21/10/1969
Dispõe sobre a execução do Sexagésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica, entre os Governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.			Dispõe sobre as atividades de cooperação técnica internacional, e dá outras providências.		
Decreto	6.544	21/08/2008	<b>SANEAMENTO</b>		
Execução do Sexagésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre os Governos Argentino, Brasileiro, Paraguai e Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL.			Lei	12.954	05/02/2014
Decreto Legislativo	267	13/06/2008	Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.		
Aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil.			Decreto	8.141	20/11/2013
Decreto	6.196	22/08/2007	Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.		
Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre os Governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e dos Estados Unidos Mexicanos.			Decreto	8.127	22/10/2013
Lei	11.440	29/12/2006	Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, e dá outras providências.		
Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, e dá outras providências.			Lei	12.862	17/09/2013
Decreto	5.991	19/12/2006	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.		
Dispõe sobre a execução do Quadragésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica que aprova o Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa.			Decreto	7.535	26/07/2011
Decreto	5.828	04/07/2006	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.		
Promulga o Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.			Lei	12.334	20/09/2010
Decreto	5.637	26/12/2005	Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos.		
Dispõe sobre a vigência das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul que menciona.			Decreto	6.942	18/08/2009
Lei	11.029	21/12/2004	Institui o Biênio Brasileiro do Saneamento - 2009-2010 e institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional para coordenar a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, e dá outras providências.		
Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.			Lei	11.445	05/01/2007
Lei	10.937	12/08/2004	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.		
Dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, junto a organismo internacional.			Decreto	4.871	06/11/2003
Decreto	5.151	22/07/2004	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências.		
Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.			Lei	9.984	17/07/2000
Decreto		25/05/2004	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.		
Dispõe acréscimo de parágrafo que cria Grupo de Trabalho Interministerial para analisar os procedimentos de integração e incorporação das normas aprovadas no âmbito do MERCOSUL.			Lei	9.966	28/04/2000
Decreto		10/05/2004	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.		
Cria Grupo de Trabalho Interministerial para analisar os procedimentos de integração e incorporação das normas aprovadas no âmbito do MERCOSUL, que dispensam a aprovação do Congresso Nacional, e dá outras providências.			Decreto	1.675	13/10/1995
			Dispõe sobre o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE.		
			Decreto	481	26/03/1992
			Institui o Programa de Ação Social em Saneamento (PROSEGE).		
			<b>SAÚDE</b>		
			Decreto	8.474	22/06/2015
			Dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.127	26/05/2015	Decreto	7.616	17/11/2011
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para eximir as entidades de autogestão da obrigação de constituir pessoa jurídica independente.			Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.		
Lei	13.031	24/09/2014	Decreto	7.562	15/09/2011
Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.			Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica.		
Lei	12.994	17/06/2014	Lei	12.466	24/08/2011
Institui piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.		
Lei	12.961	04/04/2014	Lei	12.438	06/07/2011
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Lei	12.896	18/12/2013	Decreto	7.508	28/06/2011
Trata da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.			Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.		
Lei	12.895	18/12/2013	Lei	12.401	28/04/2011
Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente e acompanhante.			Dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Lei	12.880	12/11/2013	Decreto	7.461	18/04/2011
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias.			Prorroga o prazo de efetivação da transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde para o Ministério da Saúde.		
Decreto	8.126	22/10/2013	Decreto	7.395	22/12/2010
Dispõe sobre a emissão do registro único e da carteira de identificação para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.			Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.		
Lei	12.871	22/10/2013	Decreto	7.385	08/12/2010
Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.			Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.		
Decreto		07/10/2013	Decreto		06/12/2010
Dispõe a prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos.			Institui o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEIESPII).		
Lei	12.858	09/09/2013	Decreto	7.335	19/10/2010
Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural - (Pré-Sal).			Aprova o Estatuto da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.		
Decreto	8.081	23/08/2013	Decreto	7.272	25/08/2010
Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos, para dispor sobre o pedido de inscrição do registro provisório de médico intercambista, e dá outras providências.			Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.		
Lei	12.842	10/07/2013	Decreto	7.235	19/07/2010
Dispõe sobre o exercício da Medicina.			Regulamenta a concessão de indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto	8.041	09/07/2013	Lei	12.269	21/06/2010
Dispõe sobre a integração de outras instituições públicas que obtiverem credenciamento especial para a oferta de cursos de pós-graduação que institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde.			Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.		
Decreto	8.040	08/07/2013	Decreto	7.186	27/05/2010
Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.			Dispõe sobre o Adicional por Plantão Hospitalar - APH.		
Decreto	7.988	17/04/2013	Decreto		29/04/2010
Trata do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.			Convoca a IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial.		
Decreto	7.958	13/03/2013	Decreto	7.121	03/03/2010
Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.			Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.		
Decreto		05/06/2012	Decreto	7.082	27/01/2010
Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.			Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.		
Decreto		16/03/2012	Lei	12.190	13/01/2010
Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.			Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto	7.695	06/03/2012	Lei	12.117	14/12/2009
Institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves - CNCMB.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Lei Complementar	141	13/01/2012	Lei	12.116	10/12/2009
Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.			Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.		
Decreto	7.646	21/12/2011	Decreto	7.003	09/11/2009
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS.			Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da Administração Federal.		
			Decreto	6.860	27/05/2009
			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Decreto	6.833	29/04/2009	Decreto	3.557	14/08/2000
Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Dispõe sobre a assistência Médico-Hospitalar ao militar e seus dependentes.		
Lei	11.903	14/01/2009	Lei	9.961	28/01/2000
Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.			Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
Decreto	6.286	05/12/2007	Decreto	3.327	05/01/2000
Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
Lei	11.387	14/12/2006	Lei	9.836	23/09/1999
Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde indígena.		
Lei	11.355	19/10/2006	Decreto	3.156	27/08/1999
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.		
Lei	11.343	23/08/2006	Lei	9.782	26/01/1999
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.		
Lei	11.123	07/06/2005	Lei	9.656	03/06/1998
Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral e Saúde - GIPAS.			Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.		
Decreto	5.090	20/05/2004	Decreto	2.536	06/04/1998
Institui o programa Farmácia Popular do Brasil.			Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.		
Lei	10.858	13/04/2004	Decreto	2.383	12/11/1997
Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.			Dispõe sobre a concessão, no âmbito do Poder Executivo, dos benefícios com assistência à saúde dos servidores.		
Lei	10.850	25/03/2004	Lei	9.434	04/02/1997
Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.		
Decreto	4.978	03/02/2004	Decreto	2.018	01/10/1996
Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.			Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.		
Lei	10.741	01/10/2003	Lei	9.294	15/07/1996
Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.			Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.		
Decreto		01/08/2003	Decreto	1.651	28/09/1995
Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.			Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.		
Lei	10.429	24/04/2002	Decreto	1.232	30/08/1994
Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - Profae.			Dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.		
Decreto	4.123	13/02/2002	Lei	8.853	04/02/1994
Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.			Atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos ad referendum da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.		
Lei	10.409	11/01/2002	Lei	8.689	27/07/1993
Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos.			Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Decreto	4.044	06/12/2001	Lei	8.142	28/12/1990
Dá nova organização ao Conselho de Saúde Suplementar.			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Decreto	3.964	10/10/2001	Lei	8.080	19/09/1990
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Saúde e dá outras providências.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Decreto	3.934	20/09/2001	Decreto	92.512	02/04/1986
Aprova o regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado a saúde, "Bolsa - Alimentação".			Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, e dá outras providências.		
Lei	10.289	20/09/2001	Lei	6.437	20/08/1977
Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.			As infrações à legislação sanitária federal, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, conforme as penalidades desta lei.		
Medida Provisória	2.177	24/08/2001	Lei	5.026	14/06/1966
Dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde.			Estabelece normas gerais para a instituição e execução de campanhas de saúde pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.		
Medida Provisória	2.206	10/08/2001			
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".					
Lei	10.216	06/04/2001			
Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.					
Lei	10.191	14/02/2001			
Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.					
Decreto	3.745	05/02/2001			
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.					
			<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>		
			Lei	13.124	21/05/2015
			Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.		
			Lei	13.064	30/12/2014
			Altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário que compõem a Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, que passa a ser denominados Agente Policial de Custódia.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.060	22/12/2014	Lei	11.473	10/05/2007
Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos Agentes de Segurança Pública, em todo o território nacional.			Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.		
Lei	13.034	28/10/2014	Decreto	5.978	04/12/2006
Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Policial Federal e sobre a remuneração da Carreira de Perito Federal Agrário.			Instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.		
Lei	13.022	08/08/2014	Lei	11.343	23/08/2006
Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.			Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.		
Lei	12.962	08/04/2014	Decreto	5.289	29/11/2004
Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.			Disciplina a organização para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.		
Lei	12.961	04/04/2014	Decreto	4.960	19/01/2004
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Cria a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos - CONSEGUE.		
Decreto	8.075	14/08/2013	Lei	10.826	22/12/2003
Dispõe sobre o Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.			Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.		
Decreto	7.845	14/11/2012	Lei	10.446	08/05/2002
Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.			Trata de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.		
Lei	12.681	04/07/2012	Lei	10.201	14/02/2001
Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.			Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNFP, e dá outras providências.		
Lei	12.608	10/04/2012	Decreto	3.505	13/06/2000
Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.			Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.443	23/02/2011	Decreto	3.493	29/05/2000
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Aprova a Estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na parte referente à organização da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.		
Decreto	7.427	13/01/2011	Decreto	2.613	03/06/1998
Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD.			Trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, e dá outras providências.		
Decreto	7.413	30/12/2010	Lei	9.602	21/01/1998
Dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.			Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências.		
Lei	12.340	01/12/2010	Lei	9.503	23/09/1997
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e sobre assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre.			Institui o Código de Trânsito Brasileiro.		
Decreto	7.318	28/09/2010	Decreto	2.295	04/08/1997
Regulamenta a participação de servidores civis nas atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação federativa.			Dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.		
Decreto	7.257	04/08/2010	Decreto	1.983	14/08/1996
Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.			Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.		
Lei	12.245	24/05/2010	Lei	9.266	18/03/1996
Altera dispositivos da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.			Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Lei	9.264	07/02/1996
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e dá outras providências.		
Decreto	7.168	05/05/2010	Decreto	1.507	30/05/1995
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilicita (PNAVSEC).			Cria a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, e dá outras providências.		
Decreto	7.081	26/01/2010	Decreto	1.093	23/03/1994
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.		
Lei	12.106	07/12/2009	Lei	8.072	25/07/1990
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Dispõe sobre os crimes hediondos e determina outras providências.		
Decreto	6.490	19/06/2008	Lei	7.474	08/05/1986
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências.		
Lei	11.671	08/05/2008	Decreto-Lei	2.251	02/07/1985
Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos.		
Decreto	6.381	27/02/2008	Lei	7.289	18/12/1984
Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.		
Lei	11.530	24/10/2007	Decreto	89.056	24/11/1983
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas de vigilância e transporte de valores.		



**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	7.102	20/06/1983	Decreto	7.944	06/03/2013
Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte.			Promulga a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, firmadas em 1978.		
Lei	6.149	02/07/1977	Decreto	7.943	05/03/2013
Dispõe sobre a segurança do transporte metroviário e dá outras providências.			Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
<b>TRABALHO</b>					
Lei	13.134	16/06/2015	Lei	12.761	27/12/2012
Dispõe sobre o Programa do Seguro Desemprego, o Abono Salarial e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).			Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura.		
Lei Complementar	150	01/06/2015	Decreto		14/06/2012
Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.			Convoca a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil.		
Decreto	8.443	30/04/2015	Decreto		30/04/2012
Institui o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social.			Altera o art. 1 do Decreto de 24 de novembro de 2010, que convoca a 1 Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.		
Decreto	8.433	16/04/2015	Lei	12.619	30/04/2012
Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.			Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista e altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.		
Decreto	8.424	31/03/2015	Decreto	7.721	16/04/2012
Regulamenta a concessão do benefício de seguro-desemprego ao pescador profissional que exerça sua atividade, exclusiva e ininterrupta, de forma artesanal, individual ou em regime de economia familiar.			Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego.		
Medida Provisória	672	24/03/2015	Decreto	7.674	20/01/2012
Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019.			Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal ? SISRT.		
Lei	13.103	02/03/2015	Lei	12.594	18/01/2012
Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.			Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.		
Medida Provisória	665	30/12/2014	Lei	12.513	26/10/2011
Regula o Programa do Seguro Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.			Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.		
Decreto	8.381	29/12/2014	Lei	12.478	02/09/2011
Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.		
Decreto	8.373	11/12/2014	Lei	12.474	02/09/2011
Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.		
Lei	13.015	21/07/2014	Lei	12.475	02/09/2011
Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho.			Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.		
Lei Complementar	146	25/06/2014	Lei	12.440	07/07/2011
Estende a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.			Institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.		
Lei	12.997	18/06/2014	Lei	12.437	06/07/2011
Acrescenta § 4 ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.			Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.		
Lei	12.964	08/04/2014	Lei	12.420	15/06/2011
Dispõe sobre multa por infração à legislação do trabalho doméstico, e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.		
Decreto	8.166	23/12/2013	Lei	12.405	16/05/2011
Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.		
Lei	12.900	18/12/2013	Decreto	7.438	11/02/2011
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.			Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.		
Decreto	8.141	20/11/2013	Decreto		24/11/2010
Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.			Cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.		
Decreto	8.084	26/08/2013	Decreto		15/09/2010
Institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale cultura.			Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado.		
Lei	12.832	20/06/2013	Lei	12.255	15/06/2010
Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.			Estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023.		
Lei	12.823	05/06/2013	Lei	12.014	06/08/2009
Dispõe sobre os cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.			Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.		
Lei	12.812	16/05/2013	Decreto		04/06/2009
Dispõe sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.			Institui Comitê Executivo para estabelecer programa de cooperação técnica objetivando a construção de agenda de promoção do trabalho decente.		
			Decreto	6.852	15/05/2009
			Estabelece norma temporária sobre progressão funcional e promoção dos servidores integrantes da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho e dos titulares do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	11.718	20/06/2008	Decreto	8.464	08/06/2015
Acrescenta artigo que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, e dá outras providências.			Trata das disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.		
Lei	11.543	13/11/2007	Medida Provisória	632	24/12/2013
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.		
Lei	11.355	19/10/2006	Decreto	8.134	28/10/2013
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Estrutura a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para a execução das atividades de desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário e aprova o Estatuto Social da empresa.		
Lei	10.888	24/06/2004	Decreto	8.129	23/10/2013
Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004.			Institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal e dá outras providências.		
Lei	10.779	25/11/2003	Decreto	8.033	27/06/2013
Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.			Regula a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.		
Decreto		31/07/2003	Lei	12.815	05/06/2013
Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE.			Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.		
Decreto	4.796	29/07/2003	Lei	12.619	30/04/2012
Institui o Fórum Nacional do Trabalho.			Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista e altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.		
Decreto	4.552	27/12/2002	Decreto	7.717	04/04/2012
Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes.		
Lei	10.483	03/07/2002	Lei	12.587	03/01/2012
Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.			Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
Lei	10.288	20/09/2001	Lei	12.409	25/05/2011
Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.			Autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte-DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		
Decreto	3.914	11/09/2001	Lei	12.404	04/05/2011
Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais.			Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV.		
Decreto	3.745	05/02/2001	Lei	12.379	06/01/2011
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV.		
Lei	10.101	19/12/2000	Lei	12.271	24/06/2010
Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.			Autoriza o Poder Executivo a doar 3 aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai.		
Lei	9.719	27/11/1998	Lei	12.247	27/05/2010
Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.			Dispõe sobre o Plano Nacional de Viação e sobre a Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.		
Lei	9.601	21/01/1998	Decreto	7.132	19/03/2010
Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.			Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração Pública Federal.		
Lei	9.322	05/12/1996	Lei	11.879	19/12/2008
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.			Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.		
Decreto	1.590	10/08/1995	Decreto	6.550	27/08/2008
Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.		
Lei	8.036	11/05/1990	Decreto		18/06/2008
Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.			Autoriza o aumento do capital social da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB.		
Lei	7.998	11/01/1990	Decreto	6.256	13/11/2007
Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, do Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Decreto	97.936	10/07/1989	Lei	11.314	03/07/2006
Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre e cria a ANTT, a ANTAQ, e o DENIT.		
Lei	6.554	21/08/1978	Decreto	5.765	27/04/2006
Dispõe sobre novas inscrições de magistrados federais no montepio civil da união e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes -DNIT.		
Lei Complementar	11	25/05/1971	Lei	11.171	02/09/2005
Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.			Dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências.		
Lei	4.589	11/12/1964	Lei	10.744	09/10/2003
Extingue a comissão de imposto sindical, a comissão técnica de orientação sindical e cria órgãos no Ministério do Trabalho e Emprego.			Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.		
<b>TRANSPORTE</b>					
Decreto	8.465	08/06/2015			
Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.					

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2016, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.636	30/12/2002	Lei	7.102	20/06/1983
Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura- FNIT.			Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte.		
Lei	10.560	13/11/2002	Lei	6.288	11/12/1975
Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.			Dispõe sobre a utilização, movimentação e transporte, inclusive intermodal, de mercadorias em unidades de carga.		
Lei	10.453	13/05/2002	Lei	5.917	10/09/1973
Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências.			Aprova o Plano Nacional de Viação.		
Medida Provisória	2.217	04/09/2001	Lei	5.908	20/08/1973
Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.			Autoriza o poder executivo a transformar o grupo de estudos para a integração da política de transportes em empresa pública.		
Lei	10.233	05/06/2001	Decreto-Lei	832	08/09/1969
Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.			Regula a Política Nacional de Viação Ferroviária, fixa atribuições para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e dá outras providências.		
Lei	10.209	23/03/2001	Decreto-Lei	615	09/06/1969
Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário.			Institui o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário e dá outras providências.		
Decreto	3.525	26/06/2000	<b>URBANISMO</b>		
Regulamenta a implementação do Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências.			Lei	13.089	12/01/2015
Decreto	3.184	27/09/1999	Institui o Estatuto da Metrópole.		
Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.			Decreto	7.888	15/01/2013
Decreto	2.880	15/12/1998	Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.		
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos servidores e empregados públicos da Administração Federal.			Lei	12.587	03/01/2012
Decreto	2.809	22/10/1998	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
Dispõe sobre a aquisição e utilização de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.			Lei	12.424	16/06/2011
Decreto	2.521	20/03/1998	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.			Decreto	7.341	22/10/2010
Lei	9.611	19/02/1998	Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.		
Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas.			Lei	12.112	09/12/2009
Lei	9.537	11/12/1997	Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.			Lei	11.977	07/07/2009
Lei	9.432	08/01/1997	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.			Lei	11.952	25/06/2009
Lei Complementar	87	13/09/1996	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.		
Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e, e dá outras providências.			Lei	10.257	10/07/2001
Lei	9.277	10/05/1996	Estabelece diretrizes gerais da política urbana.		
Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.			Lei	8.245	18/10/1991
Decreto	1.832	04/03/1996	Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.		
Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.			Lei	6.766	19/12/1979
Decreto	1.333	08/12/1994	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.		
Dispõe sobre a descentralização da administração de portos, hidrovias e eclusas.			Decreto-Lei	271	28/02/1967
Decreto	1.007	13/12/1993	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do Loteador concessão de uso e espaço aéreo.		
Dispõe sobre as contribuições compulsórias devidas ao Serviço Social do Transporte - SEST e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT e dá outras providências.					
Lei	8.706	14/09/1993			
Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.					
Decreto	99.188	17/03/1990			
Dispõe sobre contenção de despesas na administração pública federal, e dá outras providências.					
Decreto	98.973	21/02/1990			
Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos.					
Lei	7.597	14/04/1987			
Dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como sobre o Fundo da Marinha Mercante.					